

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2010 SUEST/RJ

GESTÃO ADMINISTRATIVA

**FUNASA**  
FUNASA

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO



Ministério da Saúde  
Fundação Nacional de Saúde

**MINISTÉRIO DA SAÚDE**  
**FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE**  
**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO**  
**RIO DE JANEIRO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO 2010**

**ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO**

**RIO DE JANEIRO/2010**

## SUMÁRIO

### PARTE A

<b>1. Informações sobre a identificação da Unidade Jurisdicionada .....</b>	<b>12</b>
<b>1.1. Identificação da UJ - Relatório de gestão individual .....</b>	<b>12</b>
<b>1.2 . Qualificação da Superintendência Estadual .....</b>	<b>13</b>
<b>2. Informação sobre o planejamento e gestão orçamentária e financeira da Unidade ..</b>	<b>14</b>
<b>2.1. Responsabilidades institucionais da Unidade .....</b>	<b>14-20</b>
<b>2.2. Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais .....</b>	<b>21-23</b>
<b>2.3. Subações sob a responsabilidade da UJ .....</b>	<b>24-47</b>
<b>2.3.1. Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ .....</b>	<b>48-55</b>
<b>2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro .....</b>	<b>56</b>
<b>2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa .....</b>	<b>56</b>
<b>2.4.1.1. Programação de Despesas Correntes .....</b>	<b>56</b>
<b>2.4.1.2. Programação de Despesas de Capital .....</b>	<b>56</b>
<b>2.4.1.3. Quadro Resumo da Programação de Despesas .....</b>	<b>56</b>
<b>2.4.1.4. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa .....</b>	<b>57</b>
<b>2.4.2. Execução Orçamentária da Despesa .....</b>	<b>58</b>
<b>2.4.2.1. Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ .....</b>	<b>58</b>
<b>2.4.2.1.1. Despesas por Modalidade de Contratação .....</b>	<b>58</b>
<b>2.4.2.1.2. Despesas Correntes por Grupo/Elemento de Despesa .....</b>	<b>58</b>
<b>2.4.2.1.3. Despesas de Capital por Grupo/Elemento de Despesa .....</b>	<b>58</b>
<b>2.4.2.2. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação .....</b>	<b>59</b>
<b>2.4.2.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação .....</b>	<b>59</b>
<b>2.4.2.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação .....</b>	<b>59</b>
<b>2.4.2.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação .....</b>	<b>60</b>
<b>2.4.3. Indicadores Institucionais .....</b>	<b>61-65</b>
<b>3. Informações sobre reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos .....</b>	<b>66</b>
<b>4. Informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores .....</b>	<b>67</b>
<b>4.1. Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores .....</b>	<b>67</b>
<b>4.2. Análise Crítica .....</b>	<b>68</b>

<b>5. Informações sobre Recursos Humanos .....</b>	<b>69</b>
<b>5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativo .....</b>	<b>70</b>
<b>5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....</b>	<b>71</b>
<b>5.3. Composição do Quadro de Estagiários .....</b>	<b>72</b>
<b>5.4. Quadro de custos de recursos humanos .....</b>	<b>73-74</b>
<b>5.5. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra .....</b>	<b>75-78</b>
<b>5.6. Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos .....</b>	<b>79</b>
<b>6. Informações sobre transferências .....</b>	<b>80</b>
<b>6.1. Transferências Efetuadas no Exercício .....</b>	<b>80</b>
<b>6.1.1. Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010 .....</b>	<b>80</b>
<b>6.1.2. Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios .....</b>	<b>80</b>
<b>6.1.3. Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes .....</b>	<b>80</b>
<b>6.1.4. Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse .....</b>	<b>81</b>
<b>6.1.5. Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse .....</b>	<b>82</b>
<b>6.2. Análise Crítica .....</b>	<b>83-84</b>
<b>7. Registros atualizados no sistema SIASG e SICONV .....</b>	<b>85</b>
<b>8. Declarações de bens e renda .....</b>	<b>86</b>
<b>9. Sistema de controle interno .....</b>	<b>87-88</b>
<b>10. Informações quanto a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental .....</b>	<b>89-90</b>
<b>11. Gestão de bens imóveis de uso especial .....</b>	<b>91-93</b>
<b>12. Gestão de TI .....</b>	<b>94</b>
<b>13. Utilização de cartões de pagamento .....</b>	<b>95</b>
<b>14. Renúncia tributária .....</b>	<b>96</b>
<b>15. Providências adotadas para atender às deliberações do TCU e da CGU .....</b>	<b>97</b>
<b>15.1. Deliberações do TCU atendidas no exercício .....</b>	<b>97</b>
<b>15.2. Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício .....</b>	<b>97</b>
<b>15.3. Recomendações do OCI atendidas no exercício .....</b>	<b>97</b>
<b>15.4. Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício .....</b>	<b>98</b>

<b>16. Providências adotadas para atender às deliberações da unidade de controle interno .....</b>	<b>99</b>
--	-----------

**PARTE B**

<b>1. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO .....</b>	<b>100</b>
---	------------

## LISTA DE QUADROS

### PARTE A

<b>Quadro A 2.3.1. Programa 0150 .....</b>	<b>24</b>
<b>Quadro A 2.3.1.1. Ação 6140 .....</b>	<b>24</b>
<b>Quadro A 2.3.1.1.1. Subação 40519 .....</b>	<b>24</b>
<b>Quadro A 2.3.1.2. Ação 8743 .....</b>	<b>25</b>
<b>Quadro A 2.3.1.2.1. Subação 40498 .....</b>	<b>26</b>
<b>Quadro A 2.3.1.2.2. Subação 30055 .....</b>	<b>27</b>
<b>Quadro A 2.3.1.2.3. Subação 40480 .....</b>	<b>27</b>
<b>Quadro A 2.3.1.2.4. Subação 40497 .....</b>	<b>28</b>
<b>Quadro A 2.3.1.2.5. Subação 40517 .....</b>	<b>28-29</b>
<b>Quadro A 2.3.1.2.6. Subação 40499 .....</b>	<b>29-30</b>
<b>Quadro A 2.3.1.2.7. Subação 40518 .....</b>	<b>30-31</b>
<b>Quadro A 2.3.1.2.8. Subação 40460 .....</b>	<b>31-32</b>
<b>Quadro A 2.3.1.2.9. Subação 40461 .....</b>	<b>32-33</b>
<b>Quadro A 2.3.2 . Programa 0122 .....</b>	<b>34</b>
<b>Quadro A 2.3.2.1. Ação 10GD .....</b>	<b>34</b>
<b>Quadro A 2.3.2.1.1. Subação 40014 .....</b>	<b>34-35</b>
<b>Quadro A 2.3.2.2. Ação 10GE .....</b>	<b>35</b>
<b>Quadro A 2.3.2.2.1. Subação 40157 .....</b>	<b>35-36</b>
<b>Quadro A 2.3.2.3. Ação 20AG .....</b>	<b>36</b>
<b>Quadro A 2.3.2.3.1. Subação 40298 .....</b>	<b>37</b>
<b>Quadro A 2.3.2.4. Ação 6908 .....</b>	<b>38</b>
<b>Quadro A 2.3.2.4.1. Subação 40117 .....</b>	<b>39</b>
<b>Quadro A 2.3.2.5. Ação 7652 .....</b>	<b>40</b>
<b>Quadro A 2.3.2.5.1. Subação 40317 .....</b>	<b>40</b>
<b>Quadro A 2.3.3. Programa 1287 .....</b>	<b>41</b>
<b>Quadro A 2.3.3.1. Ação 4641 .....</b>	<b>41</b>
<b>Quadro A 2.3.3.1.1. Subação 40137 .....</b>	<b>41-42</b>
<b>Quadro A 2.3.3.2. Ação 7684 .....</b>	<b>42</b>
<b>Quadro A 2.3.3.2.1. Subação 40337 .....</b>	<b>42-43</b>
<b>Quadro A 2.3.4. Programa 8007 .....</b>	<b>43</b>
<b>Quadro A 2.3.4.1. Ação 10GG .....</b>	<b>43-44</b>
<b>Quadro A 2.3.4.1.1. Subação 40338 .....</b>	<b>44</b>
<b>Quadro A 2.3.4.2. Ação 20AM .....</b>	<b>45</b>

<b>Quadro A 2.3.4.2.1. Subação 40318 .....</b>	<b>45</b>
<b>Quadro A 2.3.5. Programa 0016 .....</b>	<b>46</b>
<b>Quadro A 2.3.5.1. Ação 4572 .....</b>	<b>46</b>
<b>Quadro A 2.3.5.1.1. Subação 39695 .....</b>	<b>46-47</b>
<b>Quadro A 2.3.6. Programa 0750 .....</b>	<b>47</b>
<b>Quadro A 2.3.6.1. Ação 20CW .....</b>	<b>47</b>
<b>Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes .....</b>	<b>56</b>
<b>Quadro A.2.5 – Programação de Despesas Capital .....</b>	<b>56</b>
<b>Quadro A.2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas .....</b>	<b>56</b>
<b>Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa .....</b>	<b>57</b>
<b>Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos     Originários da UJ .....</b>	<b>58</b>
<b>Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos     créditos originários da UJ .....</b>	<b>58</b>
<b>Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos     créditos originários da UJ .....</b>	<b>58</b>
<b>Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos     recebidos por movimentação .....</b>	<b>59</b>
<b>Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos     créditos recebidos por movimentação .....</b>	<b>59</b>
<b>Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos     créditos recebidos por movimentação .....</b>	<b>60</b>
<b>Quadro A.5.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação     apurada em 31/12/2010 .....</b>	<b>69</b>
<b>Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa     etária - Situação apurada em 31/12/2010 .....</b>	<b>70</b>
<b>Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de     escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010 .....</b>	<b>70</b>
<b>Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação     apurada em 31/12/2010 .....</b>	<b>71</b>
<b>Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação     apurada em 31/12/2010 .....</b>	<b>72</b>
<b>Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários .....</b>	<b>72</b>
<b>Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008,     2009 e 2010 .....</b>	<b>73</b>
<b>Quadro a.5.8. - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e     vigilância ostensiva .....</b>	<b>75</b>
<b>Quadro a.5.9. - Contratos de prestação de serviços com locação mão de obra .....</b>	<b>76</b>
<b>Quadro a.5.10. - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de     prestação de serviço com locação de mão de obra .....</b>	<b>77</b>

<b>Quadro 6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referencia: 2010 .....</b>	<b>80</b>
<b>Quadro 6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos Exercícios .....</b>	<b>80</b>
<b>Quadro 6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes .....</b>	<b>80</b>
<b>Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse .....</b>	<b>81</b>
<b>Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse .....</b>	<b>82</b>
<b>Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ .....</b>	<b>87-88</b>
<b>Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....</b>	<b>89-90</b>
<b>Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....</b>	<b>91</b>
<b>Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros .....</b>	<b>92</b>
<b>Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ .....</b>	<b>93</b>
<b>Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI .....</b>	<b>97</b>
<b>Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício .....</b>	<b>98</b>



## INTRODUÇÃO

---

O Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Fundação Nacional de Saúde, no Estado do Rio de Janeiro, está estruturado de acordo com o que foi estabelecido pela Portaria nº 277, de 7 de dezembro de 2010, do Tribunal de Contas da União (TCU).

Com este objetivo, foram focados e abordados conteúdos que versam sobre a identificação da Unidade Jurisdicionada e o planejamento e gestão orçamentária e financeira.

Além disso, foram registradas no Relatório informações sobre:

- a) O reconhecimento de passivos;
- b) A movimentação e os saldos de restos a pagar;
- c) Os recursos humanos da Unidade;
- d) As transferências financeiras;
- e) A regularidade das declarações de bens e rendas;
- f) O funcionamento do sistema de controle interno da unidade;
- g) A adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras;
- h) A gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da Unidade;
- i) Utilização de cartões de pagamento do governo federal;
- j) Providências adotadas para atender deliberações exaradas em acórdãos do Tribunal de Contas da União – TCU, ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno;
- k) Declaração de regularidade na alimentação dos Sistemas SIASG e SICONV; e, por último,
- l) Declaração contábil.

Conforme disposto no quadro A1 – Relacionamento entre as Unidades Jurisdicionadas e os Conteúdos Gerais e Contábeis do Relatório de Gestão, constante do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, em sua letra c, cabe às autarquias e fundações do poder executivo os conteúdos descritos na parte A, dos números de 1 a 17, e na parte B, apenas o número 1.

No entanto, à Superintendência não se aplicam as informações contidas nos quadros relacionados no Demonstrativo a seguir, tendo em vista as justificativas ali apresentadas:

<b>TIPO</b>	<b>QUADRO</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>
<b>ITEM 2</b>	A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias	A SUEST/RJ é apenas uma unidade gestora
	A.2.4 – Programação de despesas correntes	As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Instituição
	A.2.5 – Programação de despesas de capital	As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Instituição
	A.2.6 – Quadro resumo da programação de despesas	As operações de programação de despesas são de responsabilidade da Presidência da Instituição
	A.2.8 – Despesas por modalidade de contratação dos créditos originários da UJ.	Esta UJ não tem créditos iniciais recebidos diretamente da LOA
	A.2.9 – Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ.	
	A.2.10 – Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UJ	
<b>ITEM 6</b>	A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	A Suest não fazer transferências a outros Órgãos ou Unidades
	A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	
	A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	
<b>ITEM 12</b>	A.12.1 – Gestão de tecnologia da informação da Unidade Jurisdicionada	A Suest não tem uma estrutura formal de Tecnologia da Informação, sendo esta responsabilidade de competência da Presidência da Instituição
<b>ITEM 14</b>	Renúncia Tributária	A Suest não executa renúncia tributária, vez que a gestão orçamentária e financeira é de responsabilidade da Presidência da Instituição

Embora sejam aplicáveis à natureza da Unidade Jurisdicionada, os quadros A.15.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício - e o quadro A.15.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício, ambos relativos ao item 15, não apresentaram ocorrências no exercício. Situação esta que se aplica ao item 16 – Informações sobre o tratamento de recomendações realizadas pela unidade de controle.

Como será melhor detalhado ao longo deste Relatório, as principais realizações da gestão no exercício foram:

- a) A conclusão das obras de melhorias sanitárias e domiciliares conforme previsto no Plano Operacional;

- b) A conclusão de obras de sistemas de abastecimento de água nos municípios em que foi feita a programação para 2010;
- c) A implementação da coleta de resíduos sólidos nas aldeias indígenas;
- d) A redução de custos administrativos, por força de readequação de contratos de prestação de serviços;
- e) A recuperação e doação, para o Estado e para os municípios, de 56 veículos que se encontravam sob a guarda da Superintendência, como forma de colaboração no combate à dengue;
- f) A aprovação, pela equipe de engenharia, de 73% dos termos de compromissos apresentados à instituição, e relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC;
- g) A capacitação, por meio de oficinas de trabalho, de parceiros municipais para o controle da qualidade da água; e
- h) O estabelecimento de mecanismos de controle gerencial para dar cumprimento, em tempo hábil, das demandas oriundas dos órgãos e unidades de controle interno.
- i) As principais dificuldades para a gestão em 2010 foram:
- j) As limitações orçamentárias e financeiras que já se constitui parte da rotina da Superintendência;
- k) O número reduzido de servidores, especialmente nas áreas finalísticas, motivado principalmente pela não realização de concurso público para a SUEST/RJ nos últimos anos;
- l) A especificidade da existência no quadro da Superintendência de um grande número de profissionais (quase 6.000) regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT;
- m) A má qualidade técnica de alguns projetos apresentados pelos municípios, para viabilizar a celebração de convênios que objetivam ações de saneamento ambiental,
- n) A demora, por parte dos municípios, em reunir a documentação necessária para a obtenção da licença ambiental, obstaculizando o início de obras de saneamento ambiental; e, por último, mas não menos importante,
- o) A utilização de mão de obra terceirizada como forma de complementação do quadro de servidores da Superintendência, necessária para dar andamento as atividades, porém com os prejuízos decorrentes da inexistência de vínculo funcional desses profissionais

# 1. INFORMAÇÕES SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

## 1.1. Identificação da UJ - Relatório de gestão individual

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Saúde		Código SIORG: FUNASA (2207)	
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
Denominação completa: Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio de Janeiro			
Denominação abreviada: Suest-RJ			
Código SIORG: 2207	Código LOA: 36211	Código SIAFI: 255019	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo			
Principal Atividade: Promoção de Programas de Saúde; Federal, Estadual e Municipal.		Código CNAE: 8412-4/00	
Telefones/Fax de contato:	(21) 2263-6263	(21) 2263-6873	(21) 2233-3264
E-mail: <a href="mailto:corerj.gab@funasa.gov.br">corerj.gab@funasa.gov.br</a>			
Página na Internet: <a href="http://www.funasa.gov.br">http://www.funasa.gov.br</a>			
Endereço Postal: Rua Coelho e Castro, nº 6 – Bairro Saúde – CEP: 20081-060 – Rio de Janeiro, RJ.			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
<i>Instituída pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990. Decreto n.º 100, de 16 de abril de 1991. Decreto n.º 4.727, de 9 de junho de 2003. Portaria n.º 1.776 de 8 setembro de 2003. Decreto n.º 7335, de 19 de outubro de 2010.</i>			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Não existem, em nível da Superintendência			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Não existem, em nível da Superintendência			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica			
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
Não se Aplica			
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se Aplica			

## 1.2. Qualificação da Superintendência Estadual

<b>Nome do Superintendente Estadual</b>	<b>MARCOS ROBERTO MUFFAREG</b>
<b>População do Estado</b>	<b>15.180.636</b>
<b>Nº. de Municípios abrangidos pela SUEST</b>	<b>92</b>
<b>População Indígena do Estado</b>	<b>602</b>

Caso a SUEST possua Distrito Sanitário Especial Indígena em sua estrutura, cada Dsei deverá ser qualificado em separado, com as seguintes informações:

<b>Nome do Dsei</b>	<b>Não se Aplica à Suest-RJ</b>
<b>População Indígena abrangida pelo Dsei</b>	<b>Não se Aplica à Suest-RJ</b>
<b>Número de Pólos-Base</b>	<b>Não se Aplica à Suest-RJ</b>
<b>Número de Casai</b>	<b>Não se Aplica à Suest-RJ</b>
<b>Número de Aldeias</b>	<b>Não se Aplica à Suest-RJ</b>
<b>Etnias Indígenas</b>	<b>Não se Aplica à Suest-RJ</b>

Caso a SUEST não possua Distrito Sanitário Especial Indígena em sua estrutura, mas execute ações de Saúde Indígena, deverá apresentar as seguintes informações:

<b>Nome do Dsei a que pertence</b>	Litoral Sul
<b>População Indígena</b>	602*
<b>Número de Pólos-Base</b>	1
<b>Número de Casai</b>	1
<b>Número de Aldeias</b>	7**
<b>Etnias Indígenas</b>	2 ( Guaraní e Pataxó)

\* O total da população indígena foi calculado considerando-se a população da etnia Pataxó existente no município de Angra dos Reis, que somam 37 indivíduos.

\*\* O acampamento “Camboinhas” (Niterói-RJ), da etnia Guaraní, e o “Parque Mambucaba”, da etnia Pataxó, foram aqui considerados enquanto aldeias.

## 2. INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

---

### 2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

De acordo com o Regimento Interno da Instituição, cabe à Superintendência Estadual - SUEST - órgão representativo da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio de Janeiro - coordenar, supervisionar e desenvolver atividades da Funasa, na sua respectiva área de atuação.

Dessa forma, a Superintendência dá consequência às ações voltadas para o fomento de soluções de saneamento para prevenção e controle de doenças e à formulação e implementação de ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental. Tudo isto, levando-se em consideração o espectro de atuação da SUEST/RJ.

Cabe mencionar que a partir do processo de estruturação e implementação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Fundação Nacional de Saúde assumiu, no período de 1999 a 2010, a responsabilidade de operacionalização das ações de saúde para os povos indígenas, promovendo uma ampla e profunda estruturação institucional para dar conta de tamanho desafio.

No entanto, o exercício de 2010 foi notoriamente marcado por profundas mudanças institucionais nessa área, com a publicação do Decreto nº 7.336, de 19 de outubro de 2010, que criou a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e transferiu a gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, competência até então da Funasa, para o Ministério da Saúde.

Em virtude da mudança citada, coube à Funasa, no período de transição de 180 dias, assegurar todo o apoio administrativo necessário para que não ocorresse prejuízo das ações e dos serviços prestados aos povos indígenas.

Os objetivos da Superintendência estão relacionados à oferta de serviços de saneamento ambiental, ações de atenção integral à saúde indígena, (por força de competência até o mês de outubro), e ações de vigilância em saúde ambiental, esta última a partir da publicação do Decreto nº. 7.335, de 19 de outubro de 2010.

Com relação à atividade de saneamento ambiental, o objeto da sua intervenção são prioritariamente os municípios com população de até 50.000 habitantes - consistindo em uma cobertura de 60,87% dos que existem no estado – que apresentam um quadro de ausência e/ou ineficiência de sistemas de saneamento, bem como aqueles considerados como de relevância epidemiológica. Inclui-se também como público-alvo, municípios com população superior à declarada, mas que atendem a pelo menos um dos critérios mencionados anteriormente. É no que diz respeito à saúde indígena, o total da população aldeada, o que representa 602 índios, distribuídos pelas sete aldeias existentes no estado. Cumpre acrescentar que a SUEST/RJ dispõe de um Polo-Base para atendimento às demandas oriundas da área de saúde indígena.

Importante registrar que a Superintendência também atende com ações de saneamento ambiental as comunidades remanescentes de quilombos.

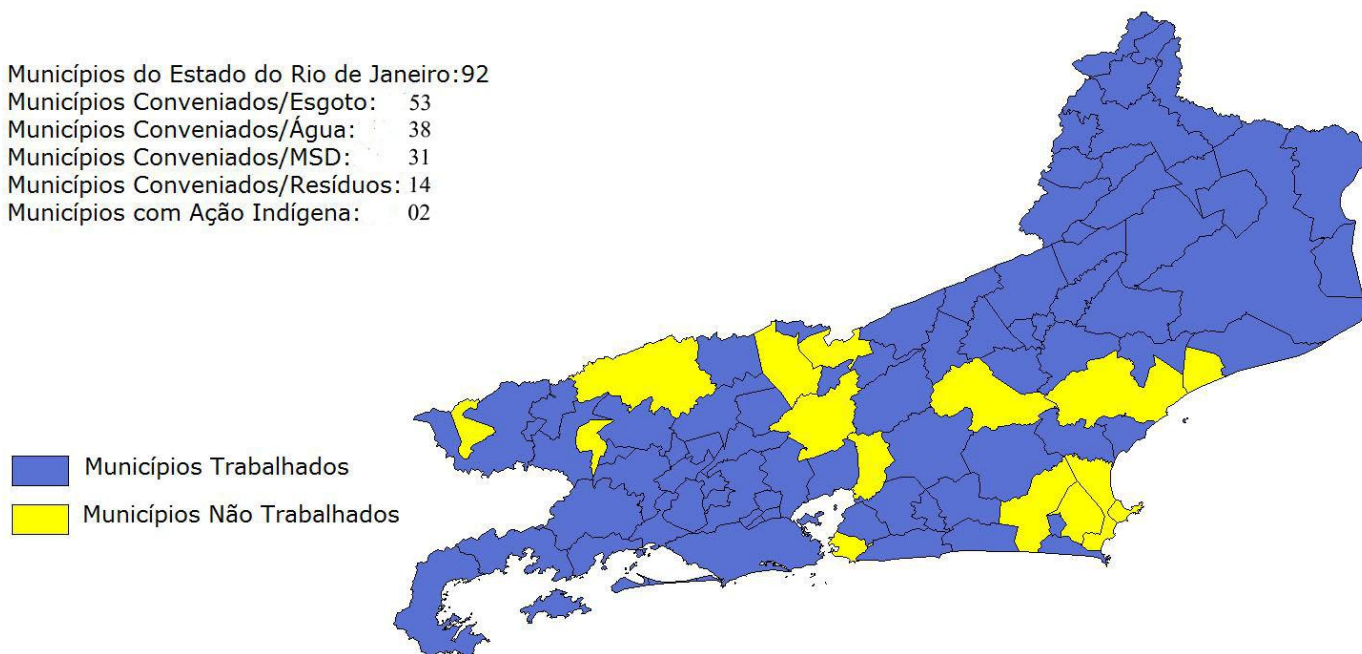
Assim, a cobertura com ações de saneamento ambiental alcança mais da metade dos municípios do estado e integralmente as populações indígenas e as comunidades quilombolas.

Para uma melhor compreensão da atuação da SUEST, a seguir, detalha-se a forma de execução dos eixos finalísticos da Superintendência Estadual, que tiveram maior expressão no ano de 2010, quais sejam: saneamento ambiental e saúde indígena, visto que a área de saúde ambiental, por ainda estar em fase de estruturação não permitiu maiores detalhamentos da sua atuação.

## SANEAMENTO AMBIENTAL

### MUNICÍPIOS COM AÇÕES DE SANEAMENTO DESENVOLVIDAS DIRETA OU INDIRETAMENTE PELA SUPERINTENDÊNCIA EM 2010

Municípios do Estado do Rio de Janeiro:	92
Municípios Conveniados/Esgoto:	53
Municípios Conveniados/Água:	38
Municípios Conveniados/MSD:	31
Municípios Conveniados/Resíduos:	14
Municípios com Ação Indígena:	02



A execução de ações de saneamento ambiental, que estão inseridas nos programas: serviços urbanos de água e esgoto; saneamento rural e resíduos sólidos urbanos, e que dizem respeito à construção de sistemas e/ou adoção de soluções simplificadas de abastecimento de água; construção de sistemas de esgotamento sanitário; destinação e manejo de resíduos sólidos, implantação de melhorias sanitárias domiciliares e implementação de projetos de coleta e reciclagem de materiais -, obedece a critérios técnicos, tendo por pano de fundo os recursos orçamentários disponíveis, para a seleção de municípios situados na faixa populacional de até 50.000 habitantes, ou mais, conforme explicitado anteriormente.

No que diz respeito às populações indígenas, não há qualquer tipo de critério técnico pré-estabelecido para a seleção, vez que a carência por esse tipo de serviço é total, e, por conseguinte, a execução das ações fica condicionada à existência de recursos orçamentários para o desenvolvimento das respectivas obras e/ou melhorias.

Em relação às comunidades remanescentes de Quilombos, apesar da demanda por ações de saneamento, são obedecidas as prioridades técnicas para o desenvolvimento de ações relativas a obras e/ou melhorias.

No bojo das ações de saneamento ambiental, a SUEST/RJ desenvolve direta e indiretamente ações de educação em saúde, dentro do programa de serviços urbanos de água e esgoto, junto à população beneficiada pela obra e/ou melhoria, no sentido de conscientizá-la da importância e da necessidade de preservação dos serviços, e, em última instância, concorrer para a mudança de hábitos e costumes, com vistas à manutenção do seu estado de saúde.

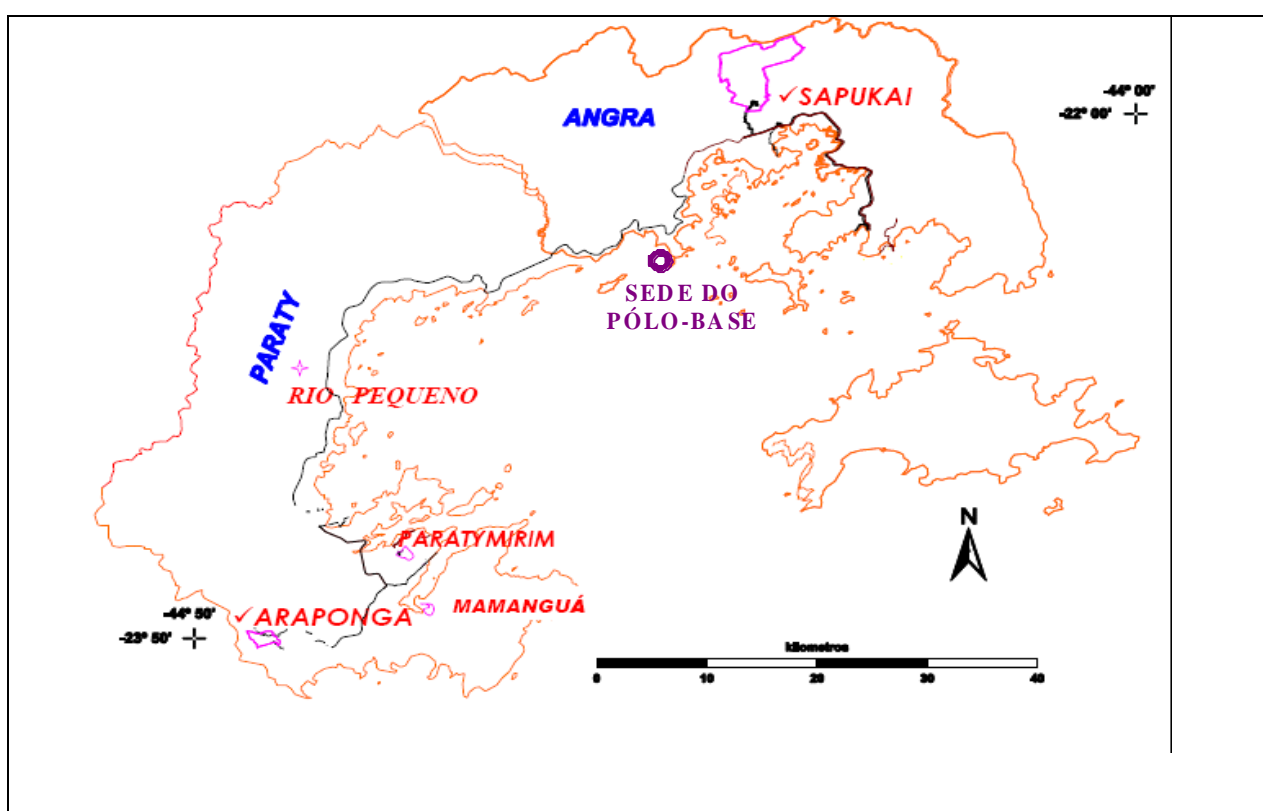


## SAÚDE INDÍGENA

A Superintendência Estadual atuou até outubro de 2010, com ações de atenção integral à saúde indígena, dentro do programa de proteção e promoção dos povos indígenas, em 07 (sete) aldeias Sapukai, e o acampamento no Parque Mambucaba, em Angra dos Reis, Arandumirim (Mamanguá), Itaxi Mirim (Parati Mirim), Jahape (Rio Pequeno), Guaratapu (Araponga), localizadas no município de Paraty, e o acampamento de Camboinhas, no município de Niterói.

### LOCALIZAÇÃO DAS ALDEIAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Localização da área do Pólo-Base de Angra dos Reis e de algumas aldeias já consolidadas. Por conclusão, não estão aqui evidenciados os acampamentos de Camboinhas e Parque Mambucaba.



## SAÚDE AMBIENTAL

Por força do disposto no Decreto nº. 7.335, de 19 de outubro de 2010, coube à Fundação Nacional de Saúde a competência para formular e implementar ações de promoção e proteção à saúde relacionadas com as ações estabelecidas pelo Subsistema Nacional de Vigilância em Saúde Ambiental.

Diante disso, por subordinação técnica, as Superintendências Estaduais passaram a desenvolver ações nesse sentido. Essas ações apontaram, conforme mencionado anteriormente, para a estruturação da área, oficinas de educação em saúde ambiental e o controle da qualidade da água.

Como objetivos da área de Saúde Ambiental, podem ser citados: disponibilização de água de boa qualidade e conscientização da população para a importância da adoção de práticas saudáveis, como forma de garantir uma melhor qualidade de vida.

Dentre as principais realizações da SUEST/RJ em 2010, destacam-se:

- a) A conclusão de obras de melhorias sanitárias domiciliares e de sistema de abastecimento de água no município de Macuco;
- b) A conclusão de obras de sistemas de abastecimento de água nos municípios de Cardoso Moreira e Sumidouro
- c) A implementação das parcerias estabelecidas com os gestores estadual e municipais que reforçaram ações conjuntas nas áreas finalísticas da Superintendência com um alto grau de resolutividade;
- d) O estabelecimento de controle gerencial para cumprimento, em tempo hábil, das demandas de auditoria interna e externa;
- e) O fortalecimento do colegiado regional de gestão, como um espaço de decisões coletivas, baseada na ótica da gestão por resultados;
- f) A atuação positiva na fiscalização dos contratos vigentes no ano;
- g) A doação de 46 carros para a Secretaria Estadual de Saúde, e 08 carros para a Secretaria Municipal de Saúde do estado do Rio de Janeiro, visando o combate à Dengue;
- h) O fortalecimento da parceria estabelecida com as demais instituições que atuam em casos de calamidade pública, no que diz respeito à disponibilização de infraestrutura e apoio logístico, na perspectiva de oferecer à população um conjunto de soluções integradas com um alto grau de resolubilidade e efetividade;
- i) O trabalho permanente de sensibilização promovido pelos técnicos junto aos municípios conveniados, no sentido de destacar a importância da presença de um engenheiro ou profissional competente, nos quadros municipais, para que o processo de elaboração de projetos de engenharia não venham a impactar, de forma negativa, no desenvolvimento das demais ações;
- j) O ótimo desempenho da equipe de engenharia na aprovação de termos de compromisso do Programa de Aceleração do Crescimento, atingindo a média de 73% de documentos aprovados;
- k) O acompanhamento de todas as crianças menores de cinco anos e gestante, por parte dos profissionais que cuidam da vigilância alimentar e Nutricional nas aldeias indígenas;
- l) A ocorrência de nenhum óbito infantil sem a devida investigação;
- m) A realização de todos os exames requeridos para as mulheres indígenas na faixa etária de 12 a 49 anos;
- n) A implementação da política de assistência farmacêutica;

- o) A execução integral de todas as ações relativas à atenção à saúde bucal;
- p) A intensificação do controle das DST/Aids, tuberculose, no âmbito das aldeias;
- q) As parcerias exitosas com a Fundação Osvaldo Cruz, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, e Secretaria Estadual de Saúde para realização do levantamento da situação da hanseníase, e principalmente da constatação da alta prevalência de parasitoses intestinais, bem como análise do solo, e exame das pessoas e animais para diagnóstico de leishmaniose;
- r) A realização de oficinas de capacitação para a implementação da coleta de resíduos sólidos nas aldeias indígenas do estado;
- s) A realização das análises da qualidade da água de municípios que fazem parte do plano de trabalho da Superintendência; e, por último,
- t) A capacitação de parceiros municipais para controle da qualidade da água.

Apesar de todas as realizações, a Superintendência encontrou diversos problemas na execução das metas previstas no plano operacional, sendo os principais:

- a) A morosidade com que os recursos foram repassados pela Presidência da instituição para a Superintendência Regional, com reflexos negativos principalmente nas ações de saneamento ambiental;
- b) A má qualidade técnica dos projetos apresentados pelos municípios para viabilizar a celebração de convênios que objetivam ações de saneamento ambiental;
- c) A demora, por parte dos municípios, em reunir a documentação necessária para a obtenção da licença ambiental, obstaculizando o início de obras de saneamento ambiental;
- d) A alta rotatividade de profissionais nos quadros municipais, impactando, de forma negativa, na interlocução da Superintendência Regional com os municípios e retardando a execução de processos de trabalho coletivos.

Importante salientar que a SUEST/RJ apresenta uma deficiência de pessoal crônica para desenvolvimento dos seus processos de trabalho, destacando-se ainda que é a única Superintendência que possui força de trabalho sujeita à regimes diferenciados, ou seja, estatutário e celetista. Dessa forma, além da falta de pessoal, observa-se também uma deficiência de capacitação em legislação celetista para atuar com segurança nas demandas oriundas dos quase 6.000 empregados públicos, que não atuam diretamente na Funasa, apesar de manterem com ela o vínculo empregatício.

Cumprir destacar que apesar de todas as dificuldades, a lição que ficou para a Superintendência é a de que o estreitamento das parcerias estadual e municipais no processo de fortalecimento das instituições que atuam no setor saúde, no âmbito do estado, faz com que os problemas sejam tratados com toda a capacidade técnica e a consequente otimização dos recursos disponíveis. Isso trouxe expressivos ganhos para a melhoria da qualidade de vida da população do estado.

Em linhas gerais, este Relatório abordará, de forma detalhada, por tópicos, o que se segue:

- a) As subações desenvolvidas em consonância com as ações e programas de governo, a cargo da Superintendência, enfocando as metas estabelecidas e os resultados alcançados;
- b) O desempenho orçamentário e financeiro, por meio de quadros que demonstram a execução das atividades da SUEST/RJ;

- c) A aplicação dos indicadores institucionais, com explicações sobre a sua adoção, tanto do ponto de vista da utilidade quanto da mensurabilidade;
- d) Detalhamento sobre restos a pagar de exercícios anteriores com as informações devidas;
- e) Detalhamento abrangente sobre os recursos humanos da Superintendência, envolvendo servidores ativos, inativos, pensionistas, estagiários;
- f) Informações sobre as transferências mediante convênios e demais instrumentos, vigentes no exercício de referência;
- g) Declaração sobre a regularidade do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, e do Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV;
- h) Informações sobre a entrega e o tratamento das declarações de bens e rendas;
- i) Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, tendo em vista o ambiente interno, a avaliação de risco, o procedimento de controle, informação e comunicação, e monitoramento;
- j) Informações sobre a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental, em consonância com a Instrução Normativa nº. 1/2010 e a Portaria nº. 2/2010, e com o Decreto nº. 5.940/2006;
- k) Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, conforme classificação requerida;
- l) Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal, conforme disposições dos Decretos nº.s 5.355/2005 e 6.370/2008; e
- m) Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em relatórios de auditoria do órgão de controle interno.

## 2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A Superintendência Estadual desenvolve as suas atividades com base no seu Plano Operacional, onde estão definidos os programas, as ações, subações, metas e o respectivo orçamento. O Plano é elaborado em conformidade com o que dispõe o Plano Plurianual de Governo- PPA.

A definição de programas, ações e/ou subações, metas e diretrizes de atuação é de competência dos órgãos técnicos da Presidência da instituição, cabendo à regional apenas o desenvolvimento das subações elencadas.

Posto isto, optou-se por detalhar as estratégias utilizadas pelas diversas unidades que compõem a estrutura organizacional da Superintendência, para o desenvolvimento do seu elenco de atividades ao longo do ano de 2010. As ações de saneamento ambiental, de responsabilidade da Divisão de Engenharia de Saúde Pública- Diesp, são desenvolvidas de diferentes formas e abordagens, ou seja, em algumas ações, cujo detalhamento será tratado oportunamente neste relatório, a Divisão apenas acompanha e supervisiona, e em outras executa.

Cabe ressaltar que em 2010, houve uma mudança de estratégia, no que diz respeito às ações relativas a convênios e/ou termos de compromissos celebrados entre a Presidência da Instituição e entidades no Estado, pois foram descentralizados para a SUEST/RJ os atos subsequentes à celebração dos citados documentos, o que impactou de forma excepcional no tempo de elaboração e finalização dos termos aditivos aos Convênios e Termos de Compromisso. Cumpre esclarecer que este último instrumento é utilizado quando os recursos são oriundos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

De maneira geral, a Divisão acompanha e supervisiona a execução das obras com visitas técnicas, e, quando do término de cada uma delas, certifica a sua conclusão. A execução direta : 10 quando da realização de obras de saneamento básico nas aldeias indígenas e nas comunidades quilombolas. Além disso, a Divisão presta assessoria técnica aos municípios, no que diz respeito ao controle da qualidade da água para consumo humano.

As ações de saúde indígena – detalhadas em item específico - são coordenadas pela Assessoria de Saúde Indígena – Asin, que por sua vez reporta-se tecnicamente ao Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI. Esta unidade organizacional da Funasa consiste em uma base territorial e populacional, sob responsabilidade sanitária claramente definida, envolvendo um conjunto de ações de saúde necessárias à atenção básica, articulado com a rede do Sistema Único de Saúde – SUS

O DSEI deve ser também considerado como um espaço produtor de saúde para referência e contra-referência, composto por uma equipe mínima multiprofissional necessária para executar as ações - localizado em Curitiba, no Estado do Paraná.

Para a execução das ações, a Asin conta, além do pessoal localizado na própria assessoria, com uma equipe multidisciplinar de saúde indígena, localizada no Pólo-Base (instância de atenção primária conforme preconizado no modelo de atenção em saúde indígena, em vigência na instituição). A área de abrangência dessas ações, conforme mencionado em item anterior, atinge os municípios de Angra dos Reis, Parati e Niterói, onde estão localizadas as aldeias indígenas e os acampamentos.

As ações de vigilância em saúde ambiental, conforme foi mencionado anteriormente, ainda se encontra em fase de estruturação. Por isso, estão direcionadas, neste processo inicial, para a realização de reuniões, oficinas de trabalho, e seminários visando a consolidação da área.

Com relação ao controle da qualidade da água, a estratégia utilizada é a de cooperação técnica com os municípios que requeiram tal serviço. Além disso, a Superintendência dispõe de uma unidade móvel que faz o controle da qualidade da água.

As ações de educação em saúde utilizam como estratégia de atuação a abordagem direta junto às comunidades quilombolas e populações indígenas e, de forma indireta, com as equipes ou núcleos de educação em saúde dos municípios pactuados com a SUEST/RJ.

As ações de recursos humanos obedecem aos documentos legais externos e internos os quais servem como norteadores para a sua execução.

A exemplo das ações de recursos humanos, as ações administrativas são desenvolvidas com base em literatura específica que rege os assuntos dessa natureza, destacando-se, entre elas a legislação vigente e as normas emanadas do Ministério do Planejamento e Gestão e dos demais órgãos centrais fiscalizadores.

As ações de comunicação são desenvolvidas com base na produção factual das unidades da Superintendência Regional. A estratégia de veiculação da produção em rede interna se constitui num instrumento fundamental para o processo de visibilidade e transparência da gestão da SUEST/RJ. É importante lembrar que as matérias podem ser acessadas por qualquer cidadão, através do site: [www.funasa.gov.br](http://www.funasa.gov.br);

Assim como foi mencionado no Relatório de Gestão de 2009, a Superintendência continuou adotando as mesmas estratégias para agilização do cumprimento do seu papel no Estado do Rio de Janeiro. Essas estratégias – todas de fundo político - disseram respeito principalmente a:

- I) Otimização dos espaços de negociação coletiva, envolvendo gestores estadual e municipais para a agilização de obras de saneamento ambiental, com ênfase para aquelas relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC;
- II) Realização de reuniões sistemáticas com gestores municipais resistentes à implantação e/ou implementação de parcerias, com vistas à alavancagem de ações de interesse mútuo;
- III) Participação em reuniões com representações estadual e municipais para troca de experiências, visando o fortalecimento dos processos de trabalho a serem desenvolvidos coletivamente.

Assim, da mesma maneira que ocorreu em 2009, no ano de 2010 foi registrado um aumento do número de demandas à Superintendência, oriundas de prefeituras, lideranças indígenas e representação de comunidades quilombolas, no sentido de conhecer de forma aprofundada os trabalhos desenvolvidos pelo Órgão, no âmbito do estado. Isso equivale dizer que o nível de visibilidade da atuação da SUEST sofreu um sensível aumento, continuando a ser considerada como uma parceira na agenda dos gestores estadual e municipais, que trata da qualidade de vida da população, bem como na manutenção do seu estado de saúde.

Apesar das limitações de ordem orçamentária, e financeiras, a Superintendência não conseguiu alterar qualquer estratégia de execução, mesmo tendo demonstrado às instâncias de nível superior, situadas na Presidência da Instituição, por meio de análises, a real necessidade daqueles recursos, e a necessidade de revisão dos meios de condução de algumas atividades. Isto fez com que algumas subações tivessem sofrido algum tipo de readequação no quantitativo colocado nas suas metas. De qualquer forma, isto não causou grande impacto no desempenho do plano de trabalho da SUEST, devido ao esforço empregado pelas unidades técnicas, no sentido de minorar os problemas encontrados.

Como exemplo disso, pode-se citar a redução no contrato de terceirização de mão de obra, que impactou sobremaneira nos custos com esse tipo de despesa. A economia gerada pode ser aplicada em atividades essenciais que não poderiam sofrer solução de continuidade.

Finalizando, registra-se que o plano de trabalho da Superintendência para o ano de 2010, no que diz respeito à área de saúde indígena, com exceção das metas relativas à capacitação e a realização de um inquérito sobre alcoolismo, as demais ultrapassaram o quantitativo previsto.

As metas definidas para a área de saneamento ambiental foram alcançadas, com exceção daquelas que trataram de: elaboração de parecer final referente aos produtos contidos nos termos de referência, análise de projetos de esgotamento sanitário, visitas técnicas preliminares de convênios, e elaboração de projetos de saneamento ambiental em aldeias.

As justificativas para que as metas de saneamento ambiental mencionadas no parágrafo anterior não tivessem sido executadas, residem no fato de que houve atrasos no encaminhamento de documentos, pelas instituições interessadas na elaboração dos termos e, também, falta de informações técnicas para elaboração de projetos.

As metas estabelecidas para a área de educação em saúde foram parcialmente alcançadas. A não integralidade dos quantitativos previstos para as metas deveu-se à demora na definição, por parte dos atores interessados, da agenda para que as atividades pudessem ser desenvolvidas.

A meta de recursos humanos foi parcialmente alcançada. A não integralidade da meta encontra justificativa no trâmite demorado que os processos de autorização para capacitação precisam cumprir.

Conforme se pode depreender, o plano de trabalho da Superintendência Estadual, de uma maneira geral, foi desenvolvido de forma satisfatória. Espera-se que no exercício de 2011, a partir da adoção de mecanismos de controle gerencial referidos no campo que trata de resultados e conclusões, a SUEST consiga executar de forma plena e integral os compromissos assumidos.

## 2.3 Subações sob a responsabilidade da UJ

### Quadro A 2.3.1. Programa 0150

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 0150	<b>Denominação:</b> Proteção e Promoção dos Povos Indígenas
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Reorganizar e fortalecer o sistema nacional de política indigenista	
<b>Objetivos Específicos:</b> Garantir aos povos indígenas a manutenção ou recuperação das condições objetivas de reprodução de seus modos de vida e proporcionar-lhes oportunidades de superação das assimetrias observadas em relação à sociedade brasileira em geral.	
<b>Gerente:</b> Márcio Augusto Freitas de Meira – Ministério da Justiça	<b>Responsável:</b> Wanderley Guenka – Funasa
<b>Público Alvo:</b> Povos Indígenas	

### Quadro A 2.3.1.1. Ação 6140

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 6140 - Vigilância e Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Combater a desnutrição na população indígena
<b>Descrição:</b> Cadastramento das famílias indígenas no Cadastro Único; dotação extensiva de equipamento adequado para atenção alimentar e nutricional. Fomentar a alimentação saudável de acordo com as especificidades etno - culturais. Contribuir na formulação e implantação das políticas intersetoriais de segurança alimentar, gestão ambiental e desenvolvimento sustentável dos povos indígenas. Garantir a inclusão das populações indígenas nos instrumentos governamentais visando uma alimentação saudável e compatível com sua cultura.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Wanderley Guenka
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Saúde Indígena (DESAI)

Fonte: Sigplan

### Quadro A 2.3.1.1.1. Subação 40519

Identificação da subação					
Denominação: 40519 – Implementação ações de vigilância alimentar e nutricional nas áreas indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional, em pelo menos 60% das gestantes.	Gestante com estado nutricional acompanhado	%	90,05%	78,70%	87,40%
Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional, em pelo menos 90% das crianças menores de 5 anos.	Crianças de 0 a 5 anos acompanhadas em seu estado nutricional.	%	68,40%	98,80%	144,44%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan



**Análise Crítica:** A subação de vigilância alimentar e nutricional já faz parte da rotina das equipes multidisciplinares de saúde indígena. Essa atividade também já está incorporada pela equipe de enfermagem, como atividade essencial à promoção e prevenção da saúde, da mulher e da criança, o que contribui com os resultados alcançados. Mas, a presença do profissional Nutricionista, na equipe do Polo-Base, para acompanhar a rotina e discutir as dificuldades relacionadas ao cumprimento das rotinas de trabalho, é de fundamental importância.

Um fator relevante, para o alcance dos resultados positivos, é o envolvimento da comunidade nas atividades de rotina do trabalho. A realização de reuniões na comunidade, envolvendo as mulheres indígenas, os médicos, a nutricionista e a equipe de enfermagem, contribuiu para a adesão da comunidade ao programa.

Outro fator relevante para o alcance do resultado positivo foi a parceria entre a Funasa e os municípios, referente à concessão e manutenção de benefícios que integram os programas sociais do governo, que vincula o recebimento desses benefícios às ações de promoção e prevenção da saúde, como vacinação, pré-natal, pesagem das crianças e gestantes. Isto porque as Secretarias de Promoção sociais que controlam tais Programas, exigem dos beneficiários as cadernetas de vacinação, de acompanhamento e desenvolvimento das crianças menores de 5 anos e cartão da gestante.

Também devemos considerar que para o bom resultado dessa subação, a localização geográfica das aldeias e o pequeno número da população indígena residente, também contribuíram para o alcance da cobertura.

#### **Quadro A 2.3.1.2. Ação 8743**

<b>Identificação da Ação</b>
<b>Denominação:</b> 8743 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Disponibilizar serviços de saúde aos povos indígenas.
<b>Descrição:</b> Assistência à saúde no âmbito dos DSEI: contratação de recursos humanos de nível médio e superior; aquisição de insumos estratégicos (medicamentos, imunobiológicos e correlatos) deslocamento das equipes multidisciplinares de saúde indígena e das equipes técnicas (aéreo, terrestre e fluvial) incluindo diárias e passagens; manutenção dos postos de saúde, dos pólos base e das casas de saúde do índio - CASAI (gêneros alimentícios, materiais de expediente, de limpeza e de higiene). Acompanhamento e supervisão sistemática às EMSI. Divulgação e visibilidade das ações realizadas (produção de publicações, manuais, cartilhas e correlatos); desenvolvimento e conclusão de estudos e pesquisa sobre saúde indígena; qualificação de profissionais de saúde de nível médio e superior para execução de ações de saúde para a população indígena; capacitação de lideranças indígenas para atuação como agente indígena de saúde; capacitação de técnicos para atuação na área gerencial das unidades de saúde nos DSEI; realização de educação continuada para as EMSI; capacitação de operadores do SIASI e monitores do DESAI; qualificação de profissionais de saúde e técnicos do DSEI em vigilância em saúde; capacitação para o uso de ferramentas informatizadas; acompanhamento da instalação, manutenção e aplicação de ferramentas informatizadas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Wanderley Guenka
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Saúde Indígena (DESAI)

Fonte: Sigplan

**Quadro A 2.3.1.2.1. Subação 40498**

<b>Identificação da subação</b>					
Denominação: 40498 – Capacitação de profissionais e controle social na área de saúde indígena.					
<b>Descrição da Meta</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Exercício 2010</b>		
			<b>Programado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Realizado/Programado %</b>
Promover a participação em eventos de capacitação de profissionais que atuam na saúde indígena;	Participação em eventos	Unidade	150	40	27%
Realizar eventos (reuniões, seminários) para profissionais que atuam na área de saúde indígena;	Eventos realizados	Nº de eventos	20	5	25%
Realizar, pelo menos, 10 reuniões do Conselho Local de Saúde;	Reunião Realizada	Nº de reuniões	10	10	100%
Realizar capacitação de conselheiros locais de saúde e lideranças indígenas.	Conselheiros capacitados	Nº de conselheiros e lideranças capacitados	50	16	32%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - As atividades de capacitação dos profissionais de saúde e dos conselheiros locais e usuários indígenas não foram realizadas, em sua maioria, devido principalmente à falta de dotação orçamentária, desarticulação devido ao processo confuso de transição da saúde indígena da Funasa para o Ministério da Saúde, de modo que foram priorizadas as ações de rotina.

Vale destacar que, em função da escassez de recursos, nem sempre as atividades de capacitação são tratadas como prioritárias, devido à urgência de ações entendidas como mais relevantes, principalmente aquelas da rotina dos serviços de saúde.

Outro fator complicador para o desenvolvimento das atividades de capacitações foi a carência de profissionais responsáveis especificamente por essa área. A profissional que desenvolvia as ações de capacitação na Asin, em 2009 se afastou de licença, para em seguida, se aposentar. Em 2010 apenas uma enfermeira, cedida pela Escola Técnica Isabel dos Santos, da Secretaria Estadual do Rio de Janeiro, ficou responsável durante um período do ano pelas atividades de capacitação, mas também se aposentou no segundo período do ano.

**Quadro A 2.3.1.2.2. Subação 30055**

<b>Identificação da subação</b>					
Denominação: 30055 – Promoção de educação em saúde dos povos indígenas.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Beneficiar 5 aldeias e 1 acampamento com ações de Educação em Saúde e Mobilização Social na atenção integral à saúde dos povos indígenas.	Aldeia Beneficiada	Aldeia Beneficiada	6	6	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - As atividades foram desenvolvidas de forma satisfatória, podendo se destacar como pontos positivos: o bom entrosamento com a área de saúde indígena; o apoio do pessoal lotado no pólo-base; a disponibilidade de veículos para os deslocamentos às aldeias; a disposição das lideranças indígenas em contribuir para o desenvolvimento das atividades e a suficiência de recursos para a aquisição dos materiais necessários à consecução das atividades. Como pontos negativos são citados: o número reduzido de técnicos na equipe de educação e dificuldades de acesso às aldeias em dias de chuva, provocando o retardamento ou cancelamento das atividades programadas.

**Quadro A 2.3.1.2.3. Subação 40480**

<b>Identificação da subação</b>					
Denominação: 40480 – Implementação das ações de atenção integral à saúde da mulher e da criança indígena.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar pelo menos 4 consultas de pré-natal em 60% das gestantes;	Gestantes com consultas realizadas	%	60%	91,9%	153,16%
Investigar 100% dos óbitos infantis;	Óbitos infantis investigados	%	100%	100%	100%
60% das mulheres na faixa etária de 25-59 anos, com exames de PCCU realizados.	Mulher examinada	%	70%	72,4%	103,42%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - As metas estabelecidas nesta subação, referentes à saúde da mulher e da criança, foram atingidas, ou superadas, principalmente devido ao envolvimento da equipe multidisciplinar de saúde indígena.

Entre os fatores que contribuíram para alcance dos resultados positivos, foram as constantes reuniões mensais de avaliação dos resultados, entre a equipe e gestor. Nessas reuniões foram discutidos os resultados, com discussões aprofundadas de estratégias para solução dos problemas encontrados ao longo do ano.

#### Quadro A 2.3.1.2.4. Subação 40497

Identificação da subação					
Denominação: 40497 – Implementação das ações de assistência técnica farmacêutica para o subsistema de saúde indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Registrar 100% das movimentações de materiais farmacológicos no SISCOESC;	Movimentações Registradas	% de registros	100%	100%	100%
Capacitar, no mínimo, 1 profissional do Polo Base	Profissionais Capacitados	Nº de profissionais capacitados	1	1	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - A rotina do registro das movimentações de materiais farmacológicos no SISCOESC já está incorporada nas atividades desenvolvidas, desconcentrando as informações, e permitindo o seu acompanhamento em tempo real.

Será necessário contratar um Auxiliar de Farmácia para organizar a o estoque do material farmacológico na Farmácia Central, junto com a farmacêutica responsável, pois deverá manter os estoques supridos para atender adequadamente todas as demandas da população indígena.

#### Quadro A 2.3.1.2.5. Subação 40517

Identificação da subação					
Denominação: 40517 – Implementação das ações de atenção à saúde bucal para a população indígena.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Atingir a media de 3 procedimentos odontológicos assistenciais básicos;	Média de procedimentos odontológicos	Média de Procedimentos	3	3,13	100%
Ampliar em pelo menos 10% o numero de consultas programáticas;	Consultas realizadas	Unidade	534	539	110%

Ampliar em pelo menos 10% a conclusão de tratamento odontológico básico;	Tratamento Concluído	Unidade	198	216	109%
Ampliar em pelo menos 10% a cobertura média anual de escovação bucal supervisionada.	Pessoas atendidas	Unidade	594	594	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - As metas estabelecidas nesta subação de saúde bucal foram superadas, principalmente, devido ao envolvimento da equipe de odontologia, extremamente comprometida com as atividades e as metas estabelecidas.

Entre os fatores que contribuíram para o alcance dos resultados positivos foram as constantes reuniões mensais, quando foram pactuadas as metas e acompanhadas ao longo do ano.

#### Quadro A 2.3.1.2.6. Subação 40499

Identificação da subação					
Denominação: 40499 – Implementação das ações de prevenção e controle de DST/HIV/AIDS					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Testar 100% de gestantes para HIV;	Gestantes testadas para HIV	%	100%	100%	100%
Testar 100% de gestantes para Sífilis;	Gestantes testadas para Sífilis	%	100%	100%	100%
Realizar sorologia em 100% de gestantes com hepatites virais;	Gestantes com sorologia realizada	%	100%	100%	100%
Testar pelo menos 60% dos parceiros das gestantes para HIV/Sífilis e HV;	Parceiros de gestantes testados	%	60%	70%	117%
Testar 100% dos indivíduos que apresentarem sintomatologia para Aids, Tuberculose, Toxoplasmose, Hepatite e Leishmaniose;	Indivíduos testados	%	100%	100%	100%
Informar 100% dos casos de DST diagnosticados, no SIASI;	Casos de DST informados	%	100%	100%	100%

Tratar 100% dos casos de DST diagnosticados por meio da abordagem sindrômica;	Casos de DST tratados	%	100%	100%	100%
Ampliar em 20% a disponibilização de preservativos.	Preservativos disponibilizados	Unidade	500	500	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - A rotina das ações de prevenção e controle das DST/HIV/AIDS foi mantida pela equipe de saúde, o que contribuiu para atingir as metas.

Algumas atividades precisam ser intensificadas, como educação em saúde, principalmente para os jovens indígenas. São exemplos:

- a) Realização de palestra nas aldeias sobre o tema, atualização da capacitação das equipes;
- b) Promoção de seminários e oficinas, envolvendo principalmente as mulheres e os jovens, para aprofundar o tema, discutindo fatores de risco, como o alcoolismo.

#### Quadro A 2.3.1.2.7. Subação 40518

Identificação da subação					
Denominação: 40518 – Implementação das ações de controle da tuberculose e hanseníase nas áreas indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar busca ativa da Hanseníase em 100% das aldeias;	Busca ativa de Hanseníase realizada	%	100%	100%	100%
Alcançar 100% de cura dos casos de Tuberculose diagnosticados;	Casos de Tuberculose curados	%	100%	100%	100%
Realizar TODO em 100% dos casos diagnosticados;	Casos com TOD (Tratamento Diretamente Observado) realizado	%	100%	100%	100%
Realizar busca ativa de sintomáticos respiratórios em 100% das aldeias.	Busca ativa de sintomáticos respiratórios realizados	%	100%	100%	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - A vigilância da Hanseníase foi realizada ao longo do ano pela Equipe Multidisciplinar, porém, a avaliação que foi feita pela gestão foi que o grupo profissional não estava ainda preparado para essa atividade de vigilância. Esse fato foi constatado a partir de um levantamento feito pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz), quando foram diagnosticados e

notificados 11 casos de Hanseníase, entre os indígenas residentes nas aldeias do Rio de Janeiro. Dos pesquisadores da Fiocruz que realizaram o levantamento, tinham dois especialistas em Hanseníase, que confirmaram o diagnóstico. Os casos suspeitos foram enviados ao Ambulatório de referência, naquela Fundação, para biópsia e outros exames complementares.

As metas dessa subação foram consideradas alcançadas em parte, devido à constatação do fato de que os profissionais, conforme mencionado anteriormente, não se encontram ainda preparados plenamente para a atividade de vigilância. Para superar esse problema, a Assessoria de Saúde Indígena está programando vários eventos de capacitação para a equipe multidisciplinar em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde e Fiocruz, cujo objetivo será intensificar a vigilância das principais doenças de notificação compulsória, como Tuberculose e Hanseníase.

Outra solução para aumentar a vigilância é o envolvimento dos especialistas dos municípios na busca ativa e investigação dos casos suspeitos.

Todos os comunicantes dos infectados, foram investigados.

#### Quadro A 2.3.1.2.8. Subação 40460

Identificação da subação					
Denominação: 40460 – Implementação das ações de imunização nas aldeias					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Alcançar no mínimo, 80% de pessoas com esquema vacinal completo;	Indígenas com esquema vacinal completo	%	80%	98,9%	124%
Alcançar no mínimo 90% de cobertura vacinal para as vacinas Hepatite B, na faixa etária de 1-4 anos;	Cobertura Vacinal alcançada para a vacina Hepatite B	%	90%	100%	111%
Alcançar no mínimo 90% de cobertura vacinal para a vacina oral contra a Poliomielite, em menores de 1 ano;	Cobertura Vacinal alcançada para a vacina oral contra a Poliomielite	%	95%	100%	105%
Alcançar no mínimo 90% de cobertura vacinal para as vacinas Tetravalente e Pentavalente, em	Cobertura Vacinal alcançada para as	%	90%	100%	111%

menores de 1 ano.	vacinas Tetravalente ou Pentavalente				
Alcançar no mínimo 90% de cobertura vacinal para as vacinas Dupla-Adulto, para mulheres em idade fértil	Cobertura Vacinal alcançada nas vacinas Dupla Adulto	%	90%	100%	111%
Alcançar no mínimo 90% da cobertura vacinal para a vacina Tríplice Viral, na faixa etária de 1-4 anos.	Cobertura Vacinal alcançada para a vacina Triplice Viral	%	90%	100%	111%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - A vacinação já faz parte da rotina das equipes multidisciplinares de saúde indígena. Essa atividade é considerada fundamental e já está incorporada, em cada profissional de enfermagem, como atividade essencial à promoção e prevenção da saúde. Isso contribuiu para os bons resultados alcançados. Além disso, a população indígena, residente nas aldeias do Rio de Janeiro, está em áreas de mais fácil acesso, o que torna possível as visitas constantes por parte da equipe de saúde, permitindo, dessa forma, a implantação das rotinas de vacina com uma frequência semanal.

#### Quadro A 2.3.1.2.9. Subação 40461

Identificação da subação					
Denominação: 40461 – Implementação das ações de saúde mental para as populações indígenas					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Realizar o inquérito sobre a situação do alcoolismo nas aldeias do Rio de Janeiro	Inquérito Realizado	Unidade	1	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - As atividades de saúde mental são mantidas pela rotina de atendimento dos Centros de Atenção Psicossociais de referência dos municípios, para os casos referenciados pelas equipes de saúde.

A Funasa, por intermédio da Asin, buscou parcerias com as coordenações do programa de saúde mental, dos municípios e do Estado do Rio de Janeiro. Em decorrência deste esforço, formou-se um Grupo de Trabalho em Saúde Mental, envolvendo o Estado, os municípios com população indígena, a Fiocruz e o Ministério Público Federal.

O citado Grupo estava elaborando um instrumento para realizar o diagnóstico da situação do alcoolismo nas aldeias indígena do Rio de Janeiro mas surgiram muitas dúvidas e



concluiu-se que a melhor estratégia seria capacitar os profissionais da equipe em saúde mental e a equipe de saúde mental em antropologia, utilizando-se oficinas de capacitações. Essas oficinas teriam como produto o instrumento para realizar o diagnóstico do alcoolismo. Sem um instrumento adequado, não foi possível realizar o inquérito previsto para 2010.

Ocorreram reuniões desse GT até o mês de agosto, mas houve uma desarticulação, porque houve um esvaziamento devido à baixa assiduidade dos membros. O Grupo fez algumas reuniões apenas com a presença da Funasa e da Secretaria Estadual. Por fim, optou-se pela interrupção dos trabalhos até que o processo de transição das ações de saúde da Funasa para o Ministério da Saúde estivesse mais claro e pudesse se definir melhor as ações a serem desenvolvidas.

As atividades dessa subação são de uma complexidade elevada, o que exige das equipes de saúde uma preparação para lidar com as situações apresentadas. Todos os profissionais precisam estar envolvidos nas atividades de saúde mental e para isso precisam estar capacitados para atuar na área. As equipes de saúde mental, dos municípios que atendem a comunidade indígena, por sua vez, precisam ser capacitadas antropologicamente, para entender os costumes e a realidade de cada etnia dos usuários indígenas que serão atendidos pelos serviços de saúde mental oferecidos pelos municípios.

Foi realizado um curso em saúde mental para profissionais da equipe multidisciplinar, inclusive para agentes indígenas de saúde, promovido pela Fundação de Saúde de Angra dos Reis.

### Quadro A 2.3.2. Programa 0122

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 0122	<b>Denominação:</b> Serviços Urbanos de Água e Esgoto
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Ampliar o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos, com vistas à universalização.	
<b>Objetivos Específicos:</b> Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	
<b>Gerente:</b> Leodegar da Cunha Tiscoski - Ministério das Cidades	<b>Responsável:</b> José Raimundo Machado dos Santos – Funasa
<b>Público Alvo:</b> População urbana de menor nível socioeconômico, e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em municípios de pequeno porte.	

Fonte: Sigplan

### Quadro A 2.3.2.1. Ação 10GD

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 10GD - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto
<b>Finalidade:</b> Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos com abastecimento público de água adequado visando à prevenção e ao controle de doenças e agravos.
<b>Descrição:</b> Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede de distribuição e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> José Raimundo Machados dos Santos
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

### Quadro A 2.3.2.1.1. Subação 40014

Identificação da subação					
Denominação: 40014 – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água relativos a exercícios anteriores;	Projeto Analisado	UN	12	12	100%

Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água relativos a exercícios anteriores.	Visita Técnica de Acompanhamento Realizada	UN	76	76	100%
--	--	----	----	----	------

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - A realização dos Produtos deve-se a efetiva participação dos municípios no atendimento das exigências para conclusão das etapas. Como ponto positivo pode-se destacar o alto grau de comprometimento e capacidade técnica da equipe, e como ponto negativo o número reduzido de profissionais.

#### Quadro A 2.3.2.1. Ação 10GE

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 10GE - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto
<b>Finalidade:</b> Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de sistema público de coleta e tratamento de esgoto sanitário adequado visando à prevenção e o controle de doenças e agravos.
<b>Descrição:</b> Implantação e/ou a ampliação e/ou a melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário, contemplando a elaboração de planos diretores e projetos, a realização de obras, incluindo ligação domiciliar, rede coletora e estação de tratamento, e ações voltadas para a sustentabilidade dos mesmos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> José Raimundo Machados dos Santos
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

#### Quadro A 2.3.2.2.1. Subação 40157

Identificação da subação					
Denominação: 40157 – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativos aos pleitos de 2010;	Projeto Analisado pleito 2010	UN	02	0	0%

Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário de exercícios anteriores;	Projeto Analisado exercícios anteriores	UN	32	32	100%
Realizar visitas preliminares de convênios de 2010;	Visita Técnica Preliminar Realizada	UN	04	0	0%
Realizar visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores.	Visita Técnica de Acompanhamento de Exercícios Anteriores Realizada	UN	104	104	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - Os projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativos aos pleitos de 2010, não foram analisados, tendo em vista que os municípios não os apresentaram.

Como medidas para o cumprimento da meta, já foram enviados Ofícios aos municípios cobrando a apresentação dos projetos, assim como a proposição, pela SUEST, de sanar todas as dúvidas técnicas que porventura surgirem.

Com referência à visita técnica preliminar, esta não foi realizada devido a não apresentação dos projetos por parte dos municípios. Como ponto positivo, pode-se destacar o alto grau de comprometimento e capacidade técnica da equipe e, como ponto negativo, o número reduzido de profissionais.

#### Quadro A 2.3.2.3. Ação 20AG

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes.
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Promover e apoiar, técnica e financeiramente, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias para o fortalecimento institucional dos modelos de gestão dos serviços públicos de saneamento ambiental de estados e municípios.
<b>Descrição:</b> Promoção de intercâmbio com estados, municípios, entidades de ensino e pesquisa, associações e instituições públicas de saneamento, a partir do repasse de experiências e de recursos financeiros, visando ao desenvolvimento de novas tecnologias e de Programas de modelo de gestão para qualidade dos serviços de controle de perdas, de fomento à capacitação, de aquisição de equipamentos, de controle de qualidade da produção de água, de elaboração de plano diretor de saneamento, dentre outros. Esta ação busca a melhoria contínua do desempenho ambiental em um processo cíclico, em que os atores envolvidos revêm e avaliam, periodicamente, os sistemas de gestão em saneamento ambiental empregados, de modo a identificar oportunidades de melhorias.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> José Raimundo Machados dos Santos
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

**Quadro A 2.3.2.3.1. Subação 40298**

<b>Identificação da subação</b>					
Denominação: 40298 – Fomento à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)					
<b>Descrição da Meta</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Exercício 2010</b>		
			<b>Programado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Realizado/Programado %</b>
Apoiar tecnicamente municípios com elaboração de PMSB;	Município Apoiado	UN	02	02	100%
Analisar planos de trabalho e orçamento detalhados relativos aos PMSB;	Plano de Trabalho e Orçamento detalhado analisado	UN	02	02	100%
Participação em reuniões dos Comitês de Coordenação de elaboração do PMSB em caráter orientativo;	Participação em reunião	UN	04	04	100%
Analisar diagnósticos técnico-participativos dos PMSN;	Diagnóstico analisado	UN	02	02	100%
Elaborar parecer final referente aos demais produtos contidos no TR.	Parecer Elaborado	UN	02	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - A realização dos Produtos deve-se à efetiva participação dos municípios no atendimento das exigências para conclusão das etapas.

Com referência a elaboração do parecer final, a meta não foi cumprida em razão dos municípios ainda estarem processando as correções técnicas solicitadas. Como ponto positivo, pode-se destacar o alto grau de comprometimento e capacidade técnica da equipe e, como ponto negativo, o número reduzido de profissionais.

#### Quadro A 2.3.2.4. Ação 6908

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 6908 - Fomento à Educação em Saúde voltada para o Saneamento Ambiental
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Assessorar gestores e técnicos em todos os níveis para o desenvolvimento de ações permanentes de comunicação e educação em saúde, por meio da mobilização social, visando à promoção da saúde, prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pela falta e/ou inadequação de ações de saneamento ambiental.
<b>Descrição:</b> As ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento ambiental financiados junto aos estados e municípios pela Funasa têm o sentido de fomentar, apoiar e fortalecer ações que resultem em efetiva melhoria na qualidade de vida da população beneficiada. A proposta é garantir que as melhorias em saneamento ambiental implementada nos municípios de até 50.000 habitantes, nos projetos das áreas metropolitanas e em áreas especiais (assentamentos, remanescentes de quilombo e áreas extrativistas) integrem-se de forma harmoniosa e sustentável nas comunidades, garantindo a inclusão social por intermédio do acesso das populações vulneráveis aos serviços a que têm direito e colaborando para a adequada e transparente aplicação dos recursos públicos nessa área, inclusive estimulando a parceria junto a outros projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Com essas ações, esperam-se iniciativas nos municípios beneficiados. Para tal é necessário o assessoramento técnico qualificado, por intermédio das ações discriminadas a seguir: atuação junto aos gestores e técnicos em todos os níveis visando sensibilizá-los para a importância do desenvolvimento de atividades permanentes de Comunicação e Educação em Saúde; apoio técnico aos profissionais que atuam nas diversas instâncias de governo, representantes de ONGs para a elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente; ampliação do Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS), financiada por recursos de convênio, para que se torne gerador/estimulador de outros projetos de alcance social; incentivo à integração das ações permanentes de Comunicação e Educação em Saúde a outros projetos sociais / comunitários visando estimular a participação, controle e inclusão sociais, geração de emprego e renda; fomento à organização de estruturas e equipes locais para o desenvolvimento de ações permanentes de Educação em Saúde; incremento ao apoio logístico e de recursos humanos às Assessorias de Comunicação e Educação em Saúde (ASCOM) das Coordenações Regionais da Funasa, por intermédio da aquisição de equipamentos e insumos, pagamento de diárias e passagens, prestação de serviços de terceiros por pessoas física e jurídica visando o cumprimento das ações propostas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> José Raimundo Machados dos Santos
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

**Quadro A 2.3.2.4.1. Subação 40117**

<b>Identificação da subação</b>					
Denominação: 40117 – Fomento à Educação em saúde voltada para o saneamento ambiental					
<b>Descrição da Meta</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Exercício 2010</b>		
			<b>Programado</b>	<b>Realizado</b>	<b>Realizado/Programado %</b>
Municípios contemplados com ações de Educação em Saúde nos projetos de saneamento.	Município apoiado	Unidade	12	12	100%
Municípios que fazem parte do PAC contemplados com ações de Educação.	Município Apoiado	Unidade	23	20	86%
Apoiar, por meio dos Núcleos Intersetoriais de Cooperação os municípios (Nict).	Município Beneficiado	Unidade	02	02	100%
Municípios assessorados para implantação dos Núcleos de Educação em Saúde.	Município apoiado	Unidade	25	25	100%
Comunidades Quilombolas contempladas com ações de Educação em Saúde.	Município Beneficiado	Unidade	03	01	33%
Implantação de ações educativas referentes ao Pesms nos convênios anteriores a 2006.	Município Beneficiado	Unidade	17	17	100%
Apoio técnico para realização de projetos de coleta de reciclagem com os catadores.	Projeto Apoiado	Unidade	01	01	100%
Sensibilização de técnicos e gestores municipais.	Município Beneficiado	Unidade	23	23	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** – De uma maneira geral, as metas dessa subação foram alcançadas. Algumas delas, por terem um componente que extrapola a atuação da Superintendência, de elevada importância, sofreram algum tipo de solução de continuidade. Entre os fatores que contribuíram de forma negativa para este desempenho, listam-se: equipe com número reduzido de técnicos, e a impossibilidade de revisão do teto orçamentário, que impossibilitou a realização de várias atividades. Como pontos positivos podem ser citados: a criação dos núcleos intersetoriais de educação em saúde nos municípios e o alto grau de adesão dos gestores municipais às atividades de educação em saúde nos municípios trabalhados.

#### Quadro A 2.3.2.5. Ação 7652

Identificação da Ação	
<b>Denominação:</b> 7652 - Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto	
<b>Finalidade:</b> Dotar os domicílios e estabelecimentos coletivos de condições sanitárias adequadas visando à prevenção e controle de doenças e agravos.	
<b>Descrição:</b> Melhorias Sanitárias Domiciliares são intervenções promovidas, prioritariamente, nos domicílios e eventualmente intervenções coletivas de pequeno porte. Inclui a construção de módulos sanitários, banheiro, privada, tanque séptico, sumidouro (poço absorvente), instalações de reservatório domiciliar de água, tanque de lavar roupa, lavatório, pia de cozinha, ligação à rede pública de água, ligação à rede pública de esgoto, dentre outras. São consideradas coletivas de pequeno porte, por exemplo: banheiro público, chafariz público, ramais condominiais, tanque séptico, etc. Pode também fomentar a implantação de oficina municipal de saneamento.	
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde	
<b>Coordenador da Ação:</b> José Raimundo Machados dos Santos	
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)	

Fonte: Sigplan

#### Quadro A 2.3.2.5.1. Subação 40317

Identificação da subação					
Denominação: 40317 – Implantação de Melhorias sanitárias domiciliares para a prevenção e controle de agravos.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de MDS de exercícios anteriores.	Projeto Analisado	UN	23	23	100%
Realizar visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores	Visita Técnica de Acompanhamento de Exercícios Anteriores Realizada	UN	128	128	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - A realização dos Produtos realizados deve-se à efetiva participação dos municípios no atendimento das exigências para conclusão das etapas. Como ponto positivo, pode-se destacar o alto grau de comprometimento e a capacidade técnica da equipe e, como ponto negativo, o número reduzido de profissionais.



### Quadro A 2.3.3. Programa 1287

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 1287	<b>Denominação:</b> Saneamento Rural
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Promover e participar da adoção de medidas voltadas à prevenção e ao controle dos determinantes e condicionantes de saúde da população.	
<b>Objetivos Específicos:</b> Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento ambiental em áreas rurais.	
<b>Gerente:</b> Faustino Barbosa Lins Filho - Funasa	<b>Responsável:</b> José Raimundo Machado dos Santos - Funasa
<b>Público Alvo:</b> População rural dispersa, residente em assentamentos da reforma agrária e em localidades de até 2.500 habitantes e as minorias étnico-raciais como quilombolas, população indígena e outros povos da floresta.	

Fonte: Sigplan

### Quadro A 2.3.3.1. Ação 4641

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 4641 - Publicidade de Utilidade Pública
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.
<b>Descrição:</b> A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Domingos Augusto Germano Xisto da Cunha
<b>Unidade Executora:</b> Assessoria de Comunicação e Educação em Saúde (ASCON)

Fonte: Sigplan

### Quadro A 2.3.3.1.1. Subação 40137

Identificação da subação					
Denominação: 40137 – Divulgação permanente da imagem institucional da Funasa nas ações de Saneamento e Saúde Indígena					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Divulgar ações, projetos e programas das áreas finalísticas e administrativas da Coordenação Regional do Rio de Janeiro	Informação divulgada para os funcionários da Funasa e sociedade.	Unidade	215	232	108%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** – As atividades foram desenvolvidas normalmente. Como pontos positivos destacam-se: a presença de um jornalista na equipe; o seu bom relacionamento; o alto grau de motivação de todos e o seu excelente nível de capacitação profissional. Como pontos negativos podem-se citar: dificuldade de conseguir recursos para o deslocamento do consultor e desestruturação da área de comunicação em função do Decreto 7.335, de 19 de outubro de 2010.

#### Quadro A 2.3.3.2. Ação 7684

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 7684 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto
<b>Finalidade:</b> Dotar as aldeias de condições adequadas de saneamento básico. Contribuir para redução da morbimortalidade por doenças de veiculação hídrica. Contribuir para o controle de doenças parasitárias transmissíveis por dejetos e contribuir para o controle de agravos ocasionados pela falta de condições de saneamento básico em áreas indígenas.
<b>Descrição:</b> Instalação de sistemas simplificados de abastecimento de água com captação, adução, tratamento e distribuição de água, bem como sistemas de reservatórios e de chafariz; implantação de esgotamento sanitário e rede de coleta; melhorias sanitárias nas aldeias (construção de banheiros, privadas, fossas sépticas, pias de cozinha, lavatórios, tanques, filtros, reservatórios de água e similares de resíduos sólidos).
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> José Raimundo Machados dos Santos
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

#### Quadro A 2.3.3.2.1. Subação 40337

Identificação da subação					
Denominação: 40337 – Saneamento Básico em aldeias indígenas para a prevenção e controle de agravos					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/ Programado %
Aldeia Beneficiada com Sistema de Abastecimento de Água	Aldeia Beneficiada	UN	06	06	100%
Aldeia Beneficiada com Melhorias Sanitárias Domiciliares	Aldeia Beneficiada	UN	06	06	100%
Aldeia Beneficiada com Esgotamento Sanitário	Aldeia Beneficiada	UN	06	06	100%
Aldeia Beneficiada Projetos de Saneamento Ambiental	Aldeia Beneficiada	UN	02	0	0%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - A realização dos Produtos deve-se à efetiva participação dos municípios no atendimento das exigências para conclusão das etapas.

Com referência ao Produto “Aldeia Beneficiada - Projetos de Saneamento Ambiental”, o não cumprimento deveu-se ao fato de as áreas indígenas não estarem legalizadas. A SUEST/RJ continua aguardando a legalização. Como ponto positivo, pode-se destacar o alto grau de comprometimento e capacidade técnica da equipe e, como ponto negativo, o número reduzido de profissionais.

#### Quadro A 2.3.4. Programa 8007

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 8007	<b>Denominação:</b> Resíduos Sólidos Urbanos
<b>Tipo do Programa:</b> Finalístico	
<b>Objetivo Geral:</b> Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.	
<b>Objetivos Específicos:</b> Ampliar a área de cobertura e eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos, com ênfase no encerramento de lixões, na redução, no reaproveitamento e na reciclagem de materiais, por meio da inclusão socioeconômica de catadores	
<b>Gerente:</b> Silvano Silvério da Costa – Ministério do Meio Ambiente	<b>Responsável:</b> José Raimundo Machado dos Santos - Funasa
<b>Público Alvo:</b> População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas.	

Fonte: Sigplan

#### Quadro A 2.3.4.1. Ação 10GG

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 10GG - Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE).
<b>Tipo de Ação:</b> Projeto
<b>Finalidade:</b> Apoiar, técnica e financeiramente, os estados e municípios na implantação, ampliação ou melhoria dos sistemas de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 50.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue.
<b>Descrição:</b> A ação de implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e com população inferior a 30.000 habitantes, preferencialmente, nos municípios acometidos de incidência da dengue, e será implementada por intermédio das modalidades relacionadas a seguir: a) acondicionamento, coleta e transporte; implantação de sistema de coleta convencional e/ou seletiva, incluindo a aquisição de veículos, material e equipamentos para acondicionamento (cestas e contenedores para Postos de Entrega Voluntária - PEV e Locais de Entrega Voluntária - LEV instalados em logradouros públicos); b) unidades de disposição final - aterros sanitários ou de rejeitos. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura para implantar aterros sanitários, incluindo: acesso; proteção adequada da área (cercamento e barreira vegetal); edificações de controle e apoio (balança, escritório, oficina de reparos, etc.), drenagem pluvial de chorume e de gases, impermeabilização de base, tratamento do chorume e equipamentos para operação. c) unidades de tratamento - triagem e/ou compostagem. É passível de apoio financeiro toda a infra-estrutura de implantação de unidades de tratamento de resíduos, bem como galpão para separação

de resíduos destinados a catadores, incluindo obras civis, materiais e equipamentos; pátio de compostagem; balança; aterro de rejeitos e equipamentos para a operacionalização da unidade de tratamento. d) erradicação de "lixões" e recuperação das áreas degradadas.

**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Fundação Nacional de Saúde

**Coordenador da Ação:** José Raimundo Machado dos Santos

**Unidade Executora:** Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)

Fonte: Sigplan

#### Quadro A 2.3.4.1.1. Subação 40338

<b>Identificação da subação</b>					
Denominação: 40338 - Implantação e melhorias de sistema público de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (ride)					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos de Exercícios Anteriores	Projeto Analisado	UN	06	06	100%
Realizar visita de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores.	Visita Técnica de Acompanhamento de Exercícios Anteriores Realizada	UN	09	09	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - A realização dos Produtos deve-se a efetiva participação dos municípios no atendimento das exigências para conclusão das etapas. Como ponto positivo, pode-se destacar o alto grau de comprometimento e capacidade técnica da equipe e, como ponto negativo, o número reduzido de profissionais.

#### Quadro A 2.3.4.2. Ação 20AM

Identificação da Ação	
<b>Denominação:</b> 20AM - Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais	
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade	
<b>Finalidade:</b> Aumentar a produtividade do processo de coleta e reciclagem de materiais acompanhados do desenvolvimento de atividades educativas, informativas e de comunicação, visando à mobilização dos catadores para a prevenção e controle de doenças e agravos, ocasionados pelas condições de trabalho a que estes estão submetidos.	
<b>Descrição:</b> A ação de Apoio à Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais contempla intervenções que visam contribuir para a universalização dos serviços de coleta, limpeza pública, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas mais carentes do país e será implementada por intermédio das modalidades abaixo relacionadas: a) Implantação, ampliação ou melhoria de Unidades Básicas de Materiais Recicláveis, assistência técnica, aquisição de máquinas, equipamentos e insumos e desenvolvimento institucional; b) Assessoramento tecnicamente aos representantes de empresas públicas, fundações ou organizações não governamentais na elaboração, execução, acompanhamento e supervisão de projetos, programas e atividades educativas de caráter permanente.	
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde	
<b>Coordenador da Ação:</b> José Raimundo Machado dos Santos	
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP)	

Fonte: Sigplan

#### Quadro A 2.3.4.2.1. Subação 40318

Identificação da subação					
Denominação: 40318 – Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Analisar projetos de implantação de projetos de coleta e reciclagem de materiais	Projeto Analisado	UN	01	01	100%
Realizar visita técnica preliminar de convênios relativos a exercícios anteriores.	Visita Técnica de Preliminar Realizada	UN	02	02	100%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - A realização dos Produtos deve-se a efetiva participação dos municípios no atendimento das exigências para conclusão das etapas. Como ponto positivo, pode-se destacar o alto grau de comprometimento e capacidade técnica da equipe e, como ponto negativo, o número reduzido de profissionais.

### Quadro A 2.3.5. Programa 0016

Identificação do Programa de Governo	
<b>Denominação:</b> Gestão da Política de Saúde	
<b>Tipo do Programa:</b> Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	
<b>Objetivo Geral:</b> Fortalecer a gestão do SUS nas três esferas de governo, de modo a melhorar e aperfeiçoar a capacidade resolutiva das ações e serviços prestados à população	
<b>Objetivos Específicos:</b> Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da saúde.	
<b>Gerente:</b> Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli – Ministério da Saúde	<b>Responsável:</b> Luiz Fernando Beskow – Ministério da Saúde
<b>Público Alvo:</b> Governo	

Fonte: Sigplan

### Quadro A 2.3.5.1. Ação 4572

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
<b>Tipo de Ação:</b> Atividade
<b>Finalidade:</b> Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
<b>Descrição:</b> Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Fundação Nacional de Saúde
<b>Coordenador da Ação:</b> Carlos Luiz Barroso Junior
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Administração (DEDM)

Fonte: Sigplan

### Quadro A 2.3.5.1.1. Subação 39695

Identificação da subação					
Denominação: 39695 - Participação de Servidores Públicos Federais da Funasa em Eventos de Capacitação.					
Descrição da Meta	Produto	Unidade de Medida	Exercício 2010		
			Programado	Realizado	Realizado/Programado %
Promover a participação de 50 servidores públicos federais em eventos de capacitação.	Servidores Beneficiados	%	50	32	64%

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

**Análise Crítica** - A quantidade de procedimentos legais que um processo de capacitação exige tem prejudicado bastante o desenvolvimento dessa atividade, fazendo com que às vezes o servidor desista da capacitação, por impossibilidade de comparecimento ao curso, principalmente pelo acometimento de novas atribuições que surgem cotidianamente no âmbito do serviço público.

A insuficiência de disponibilidade orçamentária impossibilitou a realização de várias capacitações já processadas. Aliado a isso, a demora das chefias em indicar os participantes para os eventos fez com que se perdessem alguns prazos dos trâmites processuais.

Finalmente, a facilidade na execução da meta foi à parceria da Coordenação de Recursos Humanos da Presidência da Instituição – Coder, nos trâmites dos processos encaminhados para a Presidência, bem como a eficiência do Setor de Material e o empenho da Seção de Execução Orçamentária e Financeira, concluindo, em tempo hábil, os processos referentes ao Setor de Capacitação.

#### Quadro A 2.3.6. Programa 0750

Identificação do Programa de Governo	
<b>Código no PPA:</b> 0750	<b>Denominação:</b> Apoio Administrativo
<b>Tipo do Programa:</b> Apoio às Políticas e Áreas Especiais	
<b>Objetivo Geral:</b> Não definido	
<b>Objetivos Específicos:</b> Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos	
<b>Gerente:</b> Não se aplica	<b>Responsável:</b> Carlos Luiz Barroso Junior - Funasa
<b>Público Alvo:</b> Governo	

Fonte: Sigplan

#### Quadro A 2.3.6.1. Ação 20CW

Identificação da Ação
<b>Denominação:</b> 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos
<b>Tipo de Ação:</b> Não informado
<b>Finalidade:</b> Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção da saúde física e mental.
<b>Descrição:</b> Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas:</b> Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
<b>Coordenador da Ação:</b> Carlos Luiz Barroso Junior
<b>Unidade Executora:</b> Departamento de Administração (DEADM)

Fonte: Plano Operacional da Suest-RJ/2010 e Sigplan

Justificativa: Devido ao atraso na disponibilização de um Sistema informatizado proposto pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG que auxiliasse no gerenciamento e na realização dos Exames Periódicos, foi impossível dar início à ação.



### 2.3.1. Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo	Prioridade	Subação	Descrição da Meta	Produto	Un. medida	Execução Física		Execução Financeira	
										Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista	Meta Realizada
<b>SANEAMENTO AMBIENTAL</b>													
			20AG	A	3	40298 – Fomento à elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB)	1. Apoiar tecnicamente municípios com elaboração de Planos municipais de Saneamento Básico.	Município apoiado	Un.	02	02		
							2. Analisar planos de trabalho e orçamentos detalhados relativos aos PMSB.	Plano de Trabalho e orçamento detalhado analisado	Un.	02	02		
							3. Participação em reuniões dos Comitês de Coordenação de elaboração do PMSB em caráter orientativo.	Participação em reunião	Un.	04	04		
							4. Analisar diagnósticos técnico-participativos dos PMSB	Diagnóstico analisado	Un.	02	02		
							5. Elaborar parecer final referente aos demais produtos contidos no TR	Parecer Elaborado	Un.	02	0		
	541		6908	A	3	40117 – Fomento à Educação em Saúde voltada para Saneamento Ambiental	Apoiar a implantação e/ou implementação de ações de educação em saúde em municípios conveniados com a Funasa, contemplados com recursos do PAC.	Município apoiado	Unidade	23	20		
							Apoiar os municípios na implantação/implementação dos Núcleos de Educação em Saúde	Município apoiado	Unidade	25	24		



						nos municípios atendidos com recursos da Funasa.					
						Apoiar os municípios conveniados com a Funasa, para implantação e/ou implementação de ações de Educação em Saúde e Mobilização Social nos projetos de saneamento (outros recursos não PAC).	Município apoiado	Unidade	12	12	
						Sensibilizar e apoiar técnicos e gestores municipais para implantação e/ou implementação de ações e projetos permanentes de Educação em Saúde, nos municípios conveniados com a Funasa contemplados com recursos do PAC.	Município beneficiado	Unidade	23	21	
						Apoiar tecnicamente a realização de projetos de coleta de reciclagem no âmbito do programa Resíduos Sólidos (catadores) em ações de educação em saúde e mobilização social.	Projeto apoiado	Unidade	01	01	
						Realizar ações de Educação em Saúde e Mobilização Social, em parceria com os municípios, nas 02 comunidades remanescentes de Quilombos.	Município beneficiado	Unidade	03	01	
						Apoiar tecnicamente, por meio dos Núcleos Intersetoriais de Cooperação Técnica (NICT), os municípios na elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB).	Município beneficiado	Unidade	02	02	
						Apoiar 17 municípios na implantação de ações educativas referentes ao Programa de Educação em Saúde e Mobilização Social – Pesms nos convênios celebrados com a Funasa anteriores a 2006.	Município beneficiado	Unidade	17	16	
			10GD	P	1	40.017 – Implantação e	Projeto analisado	Un.	12	12	

					Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de água em municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	abastecimento de água relativos a exercícios anteriores.					
						2. Realizar visitas de acompanhamento de obras de implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água relativos a exercícios anteriores.	Visita técnica de acompanhamento realizada.	Un.	76	76	
		10GE	P	1	40.157 – Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 habitantes, exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	1. Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário, relativos aos pleitos de 2010	Projeto analisado	Un.	2	0	
						2. Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário de exercícios anteriores.	Projeto analisado	Un.	32	32	
						3. Realizar visitas preliminares de convênios de 2010	Visita técnica preliminar realizada	Un.	04	0	
						4. Realizar visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores	Visita Técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Un.	104	104	
131		4641	A	3	40137 – Divulgação permanente da imagem institucional da Funasa nas ações de Saneamento e Saúde Indígena	<i>Divulgar ações, projetos e programas das áreas finalísticas e administrativas da Coordenação Regional do BI.</i>	Matéria divulgada	Unidade	215	232	
512	0122	7652	P	1	40.317 -	1. Analisar projetos de	Projeto analisado	Un.	23	23	

						Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Agravos	implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Melhorias Sanitárias Domiciliares de exercícios anteriores					
							2. Realizar visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Un.	128	128	
	511	1287	7684	P	1	40.337 - Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos	1. Beneficiar Aldeias com Sistemas de Abastecimento de Água	Aldeia Beneficiada	Un.	06	06	
							2. Beneficiar Aldeias com Melhorias Sanitárias Domiciliares	Aldeia Beneficiada	Un.	06	06	
							3. Beneficiar Aldeias com Sistemas de Esgotamento Sanitário	Aldeia Beneficiada	Un.	06	06	
							4. Elaborar projetos de Saneamento Ambiental em Aldeias – Programação 2010	Aldeia Beneficiada	Un.	02	0	
	512	8007	10GG	P	3	40.338 - Implantação e Melhorias de Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50 mil habitantes, exclusive de Regiões Metropolitanas ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	1. Analisar projetos de implantação e melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos de exercícios anteriores	Projeto Analisado	Un.	06	06	
							2. Realizar visitas de acompanhamento de convênios de exercícios anteriores	Visita técnica de acompanhamento de exercícios anteriores realizada	Un.	09	09	
			20AM	A	3	40.318 -	1. Analisar projetos de	Projeto analisado	Un.	01	01	

						Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais	implantação de projetos de coleta e reciclagem de materiais					
							2. Realizar visita técnica preliminar de convênios relativos a exercícios anteriores	Visita técnica preliminar realizada	Un.	02	02	
<b>SAÚDE INDÍGENA</b>												
	423		6140	A	3	40519 - Implementação das Ações de Vigilância Alimentar e Nutricional nas Áreas Indígenas	Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em pelo menos 60% das gestantes	Gestante nutricionalmente acompanhada	%	60	78,7	
							Alcançar a cobertura de acompanhamento do estado nutricional em pelo menos 90% das crianças menores de 5 anos	Criança nutricionalmente acompanhada	%	90	98,8	
			8743	A	3	40480 - Implementação das Ações de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Criança Indígena	Investigar 100% dos óbitos infantis	Óbitos infantis investigados	%	100	100	
							Realizar pelo menos 4 consultas de pré-natal em 60% das gestantes	gestantes com consultas realizadas	%	60	91,9	
							60% das mulheres na faixa etária de 25-59 anos, com exames de PCCU realizados	% de mulheres examinadas	%	70	72,4	
						40460 - Implementação das ações de imunização nas aldeias	Alcançar no mínimo, 80% de pessoas com esquema vacinal completo	Indígenas com esquema vacinal completo	%	80	98,9	
							Alcançar no mínimo, 90% de cobertura vacinal para a vacina Hepatite B em crianças de 1 a 4 anos de idade	Cobertura vacinal alcançada para a vacina Hepatite B	%	90	100	
							Alcançar no mínimo 90% de cobertura vacinal para vacina oral contra Poliomielite, em menores de 1 ano	Cobertura vacinal alcançada para a vacina oral	%	90	100	

							contra a Poliomielite				
						Alcançar no mínimo 90% de cobertura vacinal para as vacinas Tetravalente ou Pentavalente e VOP em crianças menores de 1 ano de idade	Cobertura vacinal alcançada para as vacinas Tetravalente ou Pentavalente	%	90	100	
						Alcançar no mínimo 90% de cobertura vacinal na vacina Dupla Adulto, em mulheres em idade fértil (10-49 anos)	Cobertura vacinal alcançada nas vacinas Dupla Adulto	%	90	100	
						Alcançar no mínimo 90% cobertura vacinal na vacina Tríplice Viral, em crianças na idade de 1 a 4 anos	Cobertura vacinal alcançada para a vacina Tríplice Viral	%	90	100	
				40517 - Implementação de ações de atenção à saúde bucal para a população indígena		Atingir a média de 3 procedimentos odontológicos assistenciais básicos	Índice médio de procedimentos odontológicos alcançado	Unid	3	3,13	
						Ampliar em pelo menos 10% o número de consultas programáticas	Média de cobertura de escovação supervisionada	Unid	590	603	
						Ampliar em pelo menos 10% a conclusão de tratamento odontológico básico	Nº de consultas programáticas realizadas	Unid	486	497	
						Ampliar em pelo menos 10% a cobertura média anual de escovação bucal supervisionada	Nº de tratamentos concluídos	Unid	218	320	
				40518 - Implementação das ações de controle da Tuberculose e Hanseníase nas áreas indígenas		Realização de busca ativa da Hanseníase em todas aldeias do Rio de Janeiro	Busca ativa de Hanseníase realizada	%	10	100	
						Percentual de cura de 100% de todos os casos de Tuberculose diagnosticados na Core - RJ	Casos de tuberculose curados	%	100	100	
						Realizar TDO em todos os casos diagnosticados	Casos com TDO (Tratamento	%	100	Não houve	

							Diretamente Observado) realizado			nenhum caso de TB	
						Realizar busca ativa de todos os sintomáticos respiratórios em 100% das aldeias	Busca ativa de sintomáticos respiratórios realizada	%	100	100	
					40499 - Implementação das ações de prevenção e controle das DST/HIV/AIDS	Disponibilizar preservativos para indígenas das aldeias do Rio de Janeiro	Preservativos disponibilizados	Unid	500	500	
						Testar 90% das gestantes indígena para Sífilis	Gestantes testadas para Sífilis	%	100	100	
						Realizar sorologia para hepatites virais em 90% das gestantes indígenas	Gestantes com sorologia realizada para hepatites virais	%	100	100	
						Realizar tratamento de todos os casos de DST diagnosticados por meio da abordagem sindrômica	Casos de DST tratados	%	100	100	
						Realizar teste para HIV em 100% de gestantes indígenas	Gestantes testadas para HIV	%	100	100	
						Realizar testagem para HIV/Sífilis e HV em 60% dos parceiros das gestantes indígenas	Parceiros de gestantes testados para HIV/Sífilis e HV	%	60	70	
						Manter atualizada a informação no SIASI de todos os casos de HIV, Aids e Hepatites Virais diagnosticados	Casos de HIV, Aids e Hepatites Virais informados	%	100	100	
						40461 - Implementação das ações de Saúde Mental para as populações indígenas	Realizar Inquérito nas aldeias do Rio de Janeiro para diagnosticar a situação do alcoolismo	Inquérito realizado	Unid	1	0

						40497 - Implantação das Ações de Assistência Farmacêutica para o Subsistema de Saúde Indígena	Registrar as movimentações de materiais farmacológicos no SISCOESC	Movimentações registradas	%	100	100	
							Realizar capacitação de profissional do polo base no SISCOESC	Profissionais capacitados	Unid	1	0	
						40498 - Capacitação de Profissionais na Área Indígena	Realizar reuniões do Conselho Local de Saúde	Reuniões realizadas	Unid	10	10	
							Promoção de eventos de capacitação para profissionais de saúde que atuam na saúde indígena	Profissionais capacitados	Unid	150	40	
							Realizar reuniões e eventos que visem a capacitação de profissionais que atendem a área de saúde indígena.	Eventos realizados	Unid	20	5	
							Promover eventos de capacitação para conselheiros locais de saúde e lideranças indígenas	Conselheiros capacitados	Unid	50	15	
<b>GESTÃO</b>												
	128	0016	4572	A	3		Participação de Servidores Públicos Federais da FUNASA em Eventos de Capacitação	Servidores Beneficiados	%	<b>50</b>	<b>32</b>	

\* A UJ não faz o acompanhamento de execução financeira da Subação, uma vez que sua programação recai sobre custeio, e a sua aplicação se realiza de forma compartilhada com outras subações.

## **2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro**

### 2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

#### 2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 – Programação de Despesas Correntes

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

#### 2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 – Programação de Despesas Capital

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

#### 2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 – Quadro Resumo da Programação de Despesas

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”



#### 2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	255019	0927200890181	242.763,		
			1012207502000	292.948,		
			1012201222272			2.336.642,
			1012201502272			103.197,
			1012207502000			4.506.593,
			1012212872272			674.098,
			1012800164572			92.205,
			1013112874641			26.192,
			1036507502010			249,
			1042301508743			322.852,
			1054101226908			27.072,
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	255019	1012207502000	50.084,		
			1030201503869	44.100,		
			10512012220AF	543.123,		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

**Análise Crítica** - Ainda que se tenha recebido recursos para o desenvolvimento do programa de trabalho da unidade no exercício em referência, há que se destacar que este montante não atendeu de forma integral às necessidades. Dessa forma, algumas ações tiveram os seus quantitativos reduzidos, impactando, de forma negativa, no alcance de algumas metas estabelecidas para o exercício. Outro fator negativo foi a demora no repasse dos recursos, por parte da Presidência da Instituição.

## **2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa**

### **2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ**

#### **2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação**

Quadro A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

#### **2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa**

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

#### **2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa**

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

## 2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

### 2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
<b>Modalidade de Licitação</b>				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência	290.200,	80.462,	290.200,	80.462,
Pregão	5.540.808,	5.376.411,	5.540.808,	5.134.380,
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
<b>Contratações Diretas</b>				
Dispensa	1.868.626,	684.374,	1.867.041,	671.136,
Inexigibilidade	463.511,	515.997,	463.181,	511.294,
<b>Regime de Execução Especial</b>				
Suprimento de Fundos	3.202,	4.219,	3.202,	4.219,
<b>Pagamento de Pessoal</b>				
Pagamento em Folha				
Diárias	460.397,	475.752,	460.397,	475.752,
Outros (Não se Aplica)	534.656,	820.934,	534.656,	820.934,

Fonte: Siafi Gerencial

### 2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>								
<b>3 – Outras Despesas Correntes</b>								
14 – Diárias – Pessoal Civil	419.480,	421.193,	419.480,	421.193,			419.480,	421.193,
30 – Material de Consumo	206.135,	172.956,	153.834,	127.744,	52.300,	45.211,	152.249,	121.208,
33 – Passagens e Despesas de Locomoção	4.785,				4.785,			
36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	66.339,	80.095,	64.250,	80.095,	2.088,		64.250,	80.095,
37 – Locação de Mão-de-Obra	4.674.262,	4.706.047,	4.313.859,	4.332.531,	360.403,	373.515,	4.313.859,	4.096.182,
39 – Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	4.624.995,	2.472.615,	3.522.549,	2.190.453,	1.102.445,	282.162,	3.522.219,	2.173.368,
47 – Obrig. Tribut. e Contrib. OP. Intra-Orçament.	565,	74.085,	565,	74.085,			565,	74.085,
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	34.355,	133.534,	34.355,	133.534,			34.355,	133.534,
93 – Indenizações e Restituições	7.289,	28.574,	7.048,	28.574,	241,		7.048,	28.574,

Fonte: Siafi Gerencial

### 2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
<b>4 – Investimentos</b>								
51 – Obras e Instalações – OP.INT.ORC	620.900,				620.900,			
52 – Equip. e Material Permanente – OP.INTRA-ORC.	499.445,	637.308,	185.060,	94.184,	314.384,	543.123,	185.060,	94.184,
<b>5 – Inversões Financeiras</b>								
<b>6 – Amortização da Dívida</b>								

Fonte: Siafi - Gerencial

**Análise Crítica** - Conforme explicitado na análise do quadro 2.7, alguns itens de despesas sofreram pequenas restrições, tendo em vista, a insuficiência de recursos recebidos em alguns elementos. As licitações, no geral, foram realizadas sem quaisquer prejuízos, mas as demais despesas, com exceção daquelas com pessoal, tiveram reduções. Em outras palavras, as metas estabelecidas para o exercício careceram de revisão, em função de contingenciamentos efetuados pelo nível central da Instituição.

Pode ser considerada como fator negativo, a demora no repasse dos recursos para a efetivação das despesas. Ainda assim, não ficaram pendências significativas, que possam onerar o próximo exercício, sendo que as remanescentes poderão ser resolvidas, sem embargo do desenvolvimento do plano de trabalho de 2011.

### 2.4.3. - Indicadores Institucionais

#### Indicadores da área de comunicação e educação em saúde

A mensurabilidade é decorrente de três fatores associados à produção do indicador, quais sejam: complexidade, auditabilidade e economicidade. Um grau de complexidade proporcional ao objeto, possibilidade de ser auditável por terceiros, permitindo que os mesmos resultados sejam alcançados e deverá ser econômico, ou seja, custo de objeto deve ser proporcional ao custo associado ao fenômeno que se quer analisar.

Um indicador que meça a relação entre o número de aldeias e o número de atendimentos nas aldeias com ações de Educação em Saúde é útil para analisar economicidade da relação, mas pode também ser útil para verificar a eficácia dessa ação, uma vez que a meta foi atingida em 100%.

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Percentual de aldeias beneficiadas com ações de Educação em Saúde	Demonstrar a capacidade de realização de ações de educação em saúde nas aldeias indígenas	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de aldeias beneficiadas com ações de educação em saúde e mobilização social}}{\text{N}^\circ \text{ total de aldeias programadas no período}} \times 100$	$5 \times 100 = 500 / 5 = 100\%$		relatórios de monitoramento das Ascom/ Core e Presi	Análise dos relatórios técnicos e de monitoramento	Ascom Dsei	100%	100%	100%
Percentual de TC com projetos de Educação em Saúde e mobilização social	Verificar a adesão dos municípios às ações de educação em saúde e mobilização social	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de TC com projetos de educação em saúde}}{\text{Total de TC celebrados}} \times 100$	$(20/23) \times 100$	Eficácia	SIGOB Cgcon Equipes de educação em saúde das Core e Presi	Consulta aos TC/P AC e relatórios do SIGOB	Ascom Suest	100%	100%	86%

## Indicadores de saúde indígena

Observação 1: O cálculo dos indicadores da tabela serve como parâmetro para análise, a partir de uma série histórica, da situação de morbimortalidade das populações indígenas do subsistema de saúde indígena. Com base nos resultados alcançados ou na gravidade da situação apresentada, a partir dos dados obtidos, as ações poderão ser melhor planejadas, a partir da realidade local. Todas as fórmulas apresentadas podem ser aplicadas para analisar a realidade dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas;

Observação 2: A Assessoria de Saúde Indígena do RJ optou por não prever os óbitos para 2010. Em 2009, esperava-se 1 óbito infantil, ocorreram 5 óbitos, que foram investigados e concluiu-se que vários fatores contribuíram para que ocorressem e que todas as gestantes e crianças tiveram assistência antes e depois do nascimento, por parte das equipes multidisciplinares. A estimativa do risco de morte na população menor de um ano no Rio de Janeiro sofria uma variabilidade muito grande, então optou-se por não prever os óbitos que ocorreriam nessa faixa etária. A redução desse coeficiente não tinha significado prático para o serviço de saúde indígena do Rio de Janeiro. Sabe-se que o coeficiente de mortalidade infantil sofre grande variabilidade em função do tamanho do denominador que se refere ao número de nascidos vivos. Assim, uma população com um grande número de nascidos vivos sofre, obviamente, menores variações na mortalidade infantil em razão de seu tamanho populacional, enquanto populações com menor número de nascidos vivos são mais influenciadas pelo número de óbitos ocorridos entre os menores de 1 ano de idade. Portanto, em uma população muito pequena, como é o caso da população indígena do Rio de Janeiro, a orientação é intensificar o acompanhamento da assistência à gestante e à criança, analisando os fatores de risco (alguns desses fatores de risco de difícil solução, como: condições geográficas onde se localizam as aldeias, e as condições de moradia dessa população), a partir dos óbitos infantis ocorridos, para aumentar a vigilância em saúde em relação à população vulnerável para esses fatores de risco nas aldeias indígenas.

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Percentual de Pessoas com Esquema vacinal completo	Verificar o percentual de pessoas com esquema vacinal completo para sua faixa etária.	$\frac{\text{Nº de pessoas com esquema vacinal completo}}{\text{Total da população indígena no período}} \times 100$	602/602 X 100	Eficácia	Siasi	Consolidação das informações do Siasi	Desai Suest Dsei	100 %	80	100 %

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Média percentual de crianças indígenas menores de 5 anos com acompanhamento do estado nutricional	Aferir o acompanhamento do estado nutricional de crianças indígenas menores de 5 anos	$\frac{\text{Somatório \% de cobertura mensal (*)}}{\text{(nº meses com acompanhamento)}}$ <p>(*)</p> $\frac{\text{Nº de crianças <5 anos acompanhadas no mês}}{\text{Total de crinaça <5 anos no mês}}$	$1.105,7/12 = 92,1$ $106/116 \times 100$	Eficácia	Sisvan	Consolidação das informações do Sisvan	Desai Suest Dsei	89,9 %	90	98,8 %
Média percentual de gestantes indígenas com acompanhamento do estado nutricional	Aferir o acompanhamento do estado nutricional das gestantes indígenas	$\frac{\text{Somatório \% de cobertura mensal (*)}}{\text{(nº meses com acompanhamento)}}$ <p>(*)</p> $\frac{\text{Nº de gestantes acompanhadas no mês}}{\text{Total de gestantes existentes no mês}} \times 100$	$944/12 = 78,7$	Eficácia	Sisvan	Consolidação das informações do Sisvan	Desai Suest Dsei	66,0%	60	78,7 %
Coefficiente de mortalidade e infantil na população indígena	Estimar o risco de morte dos nascidos vivos no 1º ano de vida	$\frac{\text{Nº de óbitos de crianças < 1 ano}}{\text{Nº de nascidos vivos no período}} \times 1.000$	$1/37 \times 1000$	Eficácia	Siasi	Consolidação das informações do Siasi	Desai Suest Dsei	178,6 óbitos por mil crianças nascidas vivas	Obs. 2	54,1 óbitos por mil crianças nascidas vivas

## Indicadores de saneamento ambiental

A composição das fórmulas de cálculo exposta no quadro abaixo, deu-se de forma a utilizar o total de projetos aprovados no período de 2007 a 2009, uma vez que, dos TC's celebrados nem todos apresentaram projetos e outros foram apresentados sem condições de aprovação.

Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010	
Percentual de execução física de obras de abastecimento de água com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2009. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	9/16*100 =	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Suest	8,82352941	16	56,25	
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	0/16*100 =					14,7058824			0
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de abastecimento de água concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	1/16*100 =					0			6,25



Indicador	Finalidade	Fórmula de Cálculo	Memória de Cálculo	Tipo	Fonte	Método de Aferição	Área Responsável pelo Indicador	Resultado 2009	Meta 2010	Resultado 2010
Percentual de execução física de obras de esgotamento sanitário com recursos do PAC (*) (*) Acumulado - 2007 a 2009. (Parâmetro de verificação: Portaria 544)	Medir a execução física das obras do PAC	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } < 30\%}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	2/3*100 =	Eficácia	Sigesan e Siscon Siafi	Relatórios do Sigesan; Parecer Técnico de visita de acompanhamento (Diesp e Sensp)	Densp Depin Suest	2,94117647	3	66,66
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário com percentual de conclusão } \geq 70\% \text{ e } < 100\%}{\text{N}^\circ \text{ obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	1/3*100 =					0	33,33	
		$\frac{\text{N}^\circ \text{ de obras de esgotamento sanitário concluídas}}{\text{N}^\circ \text{ de obras programadas nos TC celebrados}} \times 100$	0/3*100 =					0	0	

### **3. INFORMAÇÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS**

---

“Não houve ocorrência no período para as Contas Contábeis de códigos 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 e 21219.22.00 do SIAFI.”

## 4. INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

### 4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores



Sistema Integrado de Administração  
Financeira do Governo Federal

**Demonstra os valores em restos a pagar.**

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora 36211  
Unidade Orçamentária 36211

Moeda: Real (Em unidade Monetária)

Mês de Referência DEZEMBRO  
Tipo de Valor Saldo Atual

			RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
Ano	UG Executora		Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2005	255019	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RJ	160.909,21	122.828,82	38.080,39	-	85.276,12	-	85.276,12	-
2006	255019	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RJ	1.640.443,77	14.553,47	1.579.100,19	-	59,59	-	46.849,70	-
2007	255019	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RJ	1.744.100,75	44.796,76	1.619.150,85	-	-	-	80.153,14	-
2008	255019	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RJ	610.577,23	111.327,91	443.129,93	56.119,39	1.305.278,77	-	1.305.278,77	-
2009	255019	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RJ	2.457.549,61	111.327,91	1.933.522,63	80.000,00	1.915,00	-	1.915,00	-

## 4.2 Análise Crítica

**Análise Crítica:** A SUEST/RJ adota a estratégia de análise periódica dos empenhos inscritos e pendentes de pagamento, assim, regularizando-os, Quanto ao saldo existente no término do exercício de 2010, foi liquidado no início do exercício de 2011.

## 5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS

**Quadro A.5.1** Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	296	1	1
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		288		
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		4		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório		1	1	
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos		6		1
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada		2		
2 Provimento de cargo em comissão	0	21		
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		4		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo		1		
2.2.5 Aposentado		2		
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		14		
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				69
3. Total	0	317	1	1

Fonte: SIAPE – DW

**Quadro A.5.2 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010**

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira		7	106	153	22
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença			1	7	
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			2	4	1
2.3. Funções gratificadas			4	10	

Fonte: Siape DW

**Quadro A.5.3 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010**

	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		9	5	34	129	117			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença			2	1	3	2			
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1	3			
2.3. Funções gratificadas			1		5	8			

**LEGENDA**

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Siape DW

## 5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

**Quadro A.5.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31/12/2010**

<b>Regime de proventos / Regime de aposentadoria</b>	<b>Quantitativo de Servidores</b>	<b>Aposentadorias em 2010</b>
1 Integral	1080	18
1.1 Voluntária	784	17
1.2 Compulsório	17	
1.3 Invalidez Permanente	160	1
1.4 Outras		
2 Proporcional		
2.1 Voluntária	64	
2.2 Compulsório	14	
2.3 Invalidez Permanente	41	
2.4 Outras		

Fonte: SIAPE – DW

### OBSERVAÇÕES:

O quantitativo de servidores inativos no SIAPE consta 1084, porém no DW consta 1082, sendo que neste caso foram computadas duas reversões de aposentadoria por invalidez, o que desconsideramos. Logo, foi constatada divergência de informações. O SIAPE não permitiu acesso a relação de aposentados em Dezembro/2010.

**Quadro A.5.5 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12/2010**

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	2483	50
2. Proporcional		3

Fonte: SIAPE GERENCIAL

**OBSERVAÇÕES:**

Na coluna “Quantitativo de Beneficiários” não foi possível desmembrar os proventos integrais dos proporcionais, pois a rubrica é única para as duas situações.

Na coluna “Pensões concedidas em 2010” foi possível desmembrar os proventos integrais dos proporcionais, pois passamos a fazer registro à parte.

**5.3 Composição do Quadro de Estagiários****Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior					
<input type="checkbox"/> Área Fim	15	13	15	15	R\$ 32.516,94
<input type="checkbox"/> Área Meio	17	15	14	12	R\$ 32.981,31
Nível Médio					
<input type="checkbox"/> Área Fim	5	3	3	1	R\$ 3.637,64
<input type="checkbox"/> Área Meio	47	55	51	45	R\$ 72.691,75

Fonte: SIAPE



#### 5.4 Quadro de custos de recursos humanos

##### Quadro A.5.7 - Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	52.376.813,03	125.632,02	124.279.211,30	9.922.201,42	15.517.623,12	534.130,03	1.792.049,45	204.547.660,37
2009	104.697.968,17	105.772,84	94.353.718,87	25.050.320,82	9.554.174,84	694.329,22	710.206,11	235.166.490,87
2010	101.000.187,90	87.373,05	74.670.033,49	22.614.982,61	9.734.015,57	1.617.906,57	3.487.439,61	213.211.938,80
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	73.425,16	136.281,11						143.711,27
2009	83.113,80	138.696,84						221.810,64
2010	84.509,48	127.447,27						211.956,75
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	179.029,67							179.029,67
2009	189.612,49							189.612,49
2010	206.833,14							206.833,14

Fonte: SIAPE - DW

**OBSERVAÇÕES:**

Não existem rubricas específicas para separar os servidores cedidos com ônus ou licença. Estão inclusos com os servidores de carreira;  
Não foram contabilizadas as rubricas de empregados públicos (CLT -32);

**5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

**QUADRO A.5.8. - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA**

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Nacional de Saúde - FUNASA													
UG/Gestão: Superintendência Estadual do Rio de Janeiro - SUEST / RJ								CNPJ: 26.989.350/0549-84					
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	005/2010	09.060.537/0001-11	15/10/2010	14/10/2011	16	16	-	-	-	-	A
2008	L	O	001/2008	29.212.545/0001-43	25/01/2008	14/10/2010	30	30	-	-	-	-	E
2009	V	O	008/2009	39.537.063/0001-17	15/12/2009	14/12/2011	22	22	-	-	-	-	P
<b>Observação:</b>													

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Especial

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada

**Quadro A.5.9. - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Nacional de Saúde - FUNASA													
UG/Gestão: Superintendência Estadual do Rio de Janeiro - SUEST / RJ							CNPJ: 26.989.350/0549-84						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	010/2009	29.212.545/0001-43	24/12/2009	23/12/2011	-	-	31	31	29	29	P
2009	7	O	010/2009	29.212.545/0001-44	24/12/2009	23/12/2011	13	13	-	-	-	-	P
2009	4	O	010/2009	29.212.545/0001-45	24/12/2009	23/12/2011	2	2	-	-	-	-	P
2009	2	O	010/2009	29.212.545/0001-46	24/12/2009	23/12/2011	1	1	-	-	-	-	P
2010	3	O	002/2010	01.515.034/0001-81	01/01/2010	31/03/2011	-	-	5	5	2	2	A
2008	3	O	011/2008	02.877.566/0001-21	10/12/2008	31/03/2010	-	-	7	7	1	1	E

**Observação:**

**LEGENDA**

**Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Tecnologia da Informação;
4. Serviços de Copa e Cozinha
5. Manutenção e conservação de Bens Móveis
6. Serviços de Brigada de Incêndio
7. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes
8. Outras

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Especial

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada

**Quadro A.5.10. - Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra**

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
005/2010	8	6	Sede da FUNASA/RJ
		1	Setor de Almoxarifado/RJ
		1	Arquivo Permanente/RJ
		3	Setor de Transportes/RJ
		3	CECAP/Laboratório - URCQA (Barra de São João)
		1	Pólo Base Indígena - (Angra dos Reis)
		1	Posto de Saúde da Aldeia Indígena de Paraty-Mirin - Paraty
008/2009	9	5	Sede da FUNASA/RJ
		4	Setor de Transportes/RJ
		2	Arquivo Permanente/RJ
		2	Setor de Almoxarifado/RJ
		2	Depósito da Esposel/RJ
		5	CECAP/Laboratório - URCQA (Barra de São João)
		2	Pólo Base Indígena - (Angra dos Reis)
002/2010	3	7	Sede da FUNASA/RJ
010/2009	1	58	Sede da FUNASA/RJ
		2	Pólo Base Indígena - (Angra dos Reis)
	10	8	Pólo Base Indígena - (Angra dos Reis)

		1	Casa de Saúde Indígena - Casai/RJ
		1	Aldeia Indígena de Camboinha/RJ
		3	Setor de Transportes/RJ
	5	2	Setor de Transportes/RJ
	2	1	Setor de Transportes/RJ

### **LEGENDA**

#### **Área:**

- |   |  |
|---|--|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional | 6. Serviços de Brigada de Incêndio;            |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis   | 7. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes |
| 3. Tecnologia da Informação                   | 8. Higiene e Limpeza                           |
| 4. Serviços de Copa e Cozinha;                | 9. Vigilância Ostensiva                        |
| 5. Manutenção e Conservação de Bens Móveis    | 10. Outras                                     |

Fonte: Contratos e processos arquivados na Seção de Recursos Logísticos - SALOG

## **5.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos**

A SUEST/RJ não se utiliza de nenhum dos indicadores relacionados, pois não foram implantados pela Presidência da Funasa, com exceção da avaliação de desempenho funcional e institucional, cujos critérios e procedimentos específicos foram publicados no Boletim de Serviço nº 52, da Presidência, de 27/12/2010, a ser implementada.

## **6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS**

---

### **6.1 Transferências efetuadas no período**

#### **6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010**

Quadro 6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência: 2010.

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

#### **6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios**

Quadro 6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

#### **6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes**

Quadro 6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”



#### 6.1.4 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ Valores em R\$ 1,00 na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

<b>Unidade Concedente</b>					
<b>Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE</b>					
<b>CNPJ: 26.989.350/0549-84</b>			<b>UG/GESTÃO: RIO DE JANEIRO</b>		
<b>Exercício da prestação de contas</b>	<b>Quantitativos e montante repassados</b>			<b>Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)</b>	
				<b>Convênios</b>	<b>Contratos de Repasse</b>
<b>2010</b>	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		<b>26</b>	
		Montante Repassado		R\$ 23.589.244,14	
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	<b>21</b>	
			Montante Repassado (R\$)	R\$ 10.280.613,33	
Contas NÃO prestadas	Contas NÃO prestadas	Quantidade	<b>14</b>		
		Montante Repassado (R\$)	R\$ 6.138.044,09		
<b>2009</b>	Contas prestadas	Quantidade		<b>26</b>	
		Montante Repassado (R\$)		R\$ 32.893.065,91	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		<b>56</b>	
		Montante Repassado (R\$)		R\$ 30.650.556,88	
<b>2008</b>	Contas prestadas	Quantidade		<b>54</b>	
		Montante Repassado (R\$)		R\$ 22.181.784,49	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		<b>59</b>	
		Montante Repassado (R\$)		R\$ 32.288.139,34	
<b>Anteriores a 2008</b>	Contas NÃO prestadas	Quantidade		<b>83</b>	
		Montante Repassado (R\$)		R\$ 84.556.329,49	

Fonte: SIAFI

## 6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE					
CNPJ: 26.989.350/0549-84		UG/GESTÃO: RIO DE JANEIRO			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			22	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		07	
		Montante repassado (R\$)		R\$8.309.618,01	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	21	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	15	
Montante repassado (R\$)	R\$ 4.195.714,42				
2009	Quantidade de contas prestadas			30	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		29	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		4	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		66	
Montante repassado (R\$)		R\$ 44.599.274,36			
2008	Quantidade de contas prestadas			44	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		44	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		0	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		80	
Montante repassado		R\$ 37.911.318,65			
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		42	
		Montante repassado		R\$ 23.652.633,97	

Fonte: SIAFI

## 6.2 Análise Crítica

1) Das medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplência:

a) Quanto às inadimplências registradas no SIAFI de 2008 a 2010, têm-se as situações abaixo relacionadas:

- C.V. 2273/2000 + Instituto Universidade Popular da Baixada
- C.V. 0510/2002 + Prefeitura Municipal de Itatiaia

- C.V. 0870/2004 - Prefeitura de Cambuci
- C.V. 0733/2005 – Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu
- C.V. 2168/2005 – Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu
- C.V. 2172/2005 + Prefeitura Municipal de Paracambi
- C.V. 1973/2006 – Prefeitura Municipal de Mesquita
- C.V. 2975/2006 – Prefeitura Municipal de Itaboraí
- C.V. 0971/2007 – Prefeitura Municipal de Mesquita

b) Os convênios 2273/2000, 0510/2002 e 2172/2005 já foram objeto de Tomadas de Contas Especiais instauradas, sendo aqueles com as TCEs encerradas com o curso já tomado para a fase externa e, este último, com a TCE ainda nesta Superintendência, aguardando-se apenas o cumprimento do prazo de resposta para início do relatório final.

c) Quanto aos convênios 0870/2004, 0733/2005, 2168/2005, 1973/2006, 2975/2006 e 0971/2007, firmados com os Municípios de Cambuci, Nova Iguaçu, Itaboraí e Mesquita, tiveram passagem apenas transitória na conta de inadimplência, proveniente de impropriedades/irregulares de caráter meramente material, a exemplo de falta de documentação complementar na prestação de contas, enfim, impropriedades sanadas, regularizando-se, por ser conseguinte, a conta de inadimplência.

2) Da situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no artigo 35 do Decreto 93.872/1986 e do artigo 12§1º do Decreto 6752/2010, com redação dada pelo Decreto n.º 6993/2009 ou legislação que o altere:

a) Quanto às transferências efetuadas em 2008 a 2010, todas ocorreram na mais perfeita consonância às diretrizes fixadas nos Decretos 93.872/1986 e 6752/6993/2009.

b) Da evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos:

c) As transferências de recursos hoje, já mostram alguma evolução, pois se por um lado temos problemas técnicos, como licença ambiental, licenças de instalação e, principalmente, projetos, o que causa maior morosidade no andamento dos pleitos, por outro temos a melhora dos mecanismos, como Siscon, Siconv, etc. que além de oferecerem maior segurança, a movimentação “on line” oferece maior celeridade.

3) Das medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2011.

a) Em termos positivos, a descentralização dos serviços pela CGCONA e a adução de novas ferramentas no Siscon.

4) Da análise da evolução das prestações de contas referentes as transferências expiradas ate 2010, quanto a conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares:

a) A descentralização dos serviços executados pela área de convênios da presidência para as superintendências facilitou o melhor controle das transferências expiradas, de modo que até 2010, conseguimos enxugar sensivelmente nosso passivo.

5) Da análise da evolução das análises das prestações de contas referentes as transferências expiradas ate 2010, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto a disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto.

a) Quanto as analises efetuadas, a descentralização acima citada acarretou alteração de logística, possibilitando mais agilidade nas visitas in loco e utilização de novas ferramentas, ocasionando, desta forma, grande melhora nos serviços desenvolvidos.

6) Estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

a) A logística utilizada para acompanhamento é perfeita, quanto à disponibilidade de veículos/ motoristas para as áreas administrativa e técnica, entretanto, a saúde financeira da União não permite à disponibilidade de recursos sempre, mas podemos considerar a estrutura/controle satisfatórios.

## 7. REGISTROS ATUALIZADOS NO SISTEMA SIASG E SICONV

---

### DECLARAÇÃO

Eu, Marcos Roberto Muffareg, CPF. Nº. 672.612.217-91, ocupante do cargo de Superintendente Estadual desta Fundação Nacional de Saúde no Rio de Janeiro, declaro em observância ao item 7 do Anexo II da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, que as informações referentes aos contratos firmados por esta Unidade Gestora, estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº. 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2011.

  
Superintendente Estadual

MARCOS ROBERTO MUFFAREG  
Superintendente Estadual Substituto do Rio de Janeiro  
Portaria 282 de 30/07/2007  
FUNASA/RJ

## 8. DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA

---

### DECLARAÇÃO

Eu, Marcos Roberto Muffareg, CPF. nº. 672.612.217-91, ocupante do cargo de Superintendente Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Rio de Janeiro, declaro em observância ao Item 8 do Anexo II da Decisão Normativa nº 107, de 27 de outubro de 2010, que foram cumpridas as obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas dos servidores lotados nesta UJ.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2011.



---

Marcos Roberto Muffareg  
Superintendente Estadual

## 9. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

**Quadro A.9.1 - Estrutura de controles internos da UJ**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	X				
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.	X				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	X				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	X				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais: A elaboração deste quadro foi feita em reunião do Colegiado Regional de Gestão, e contou com a participação de todos os chefes das unidades da Superintendência Estadual.					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) <b>Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					



## 10. INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

**Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p>	X				
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>	X				
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>	X				
<p>4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>	X				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p><b>Aquisição de torneiras automáticas.</b></p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>				X	
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>		X			
<p>7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?</p>	X				
<p>8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>	X				
<p>9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.</p>			X		
<p>10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
Considerações Gerais: O questionário foi elaborado individualmente pelo responsável pelo setor de material da unidade.					
<b><u>LEGENDA</u></b> <b>Níveis de Avaliação:</b> (1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

# 11. GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
<b>BRASIL</b>	<b>UF 1</b>	$\Sigma$	$\Sigma$
	Rio das Ostras – Av. Guanabara, S/N	01	01
	Casimiro de Abreu – Rua João Soares, n° 446	01	01
	Rio de Janeiro – Av. Brasil, n° 7026	01	01
	Rio de Janeiro, rua Coelho e Castro, n° 06	01	01
	Santa Cruz - Rua Aguanil, lotes de terreno n° 02,03,04 e 05, na quadra 02	01	01
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>05</b>	<b>05</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	$\Sigma$ 0	$\Sigma$ 0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	<b>PAÍS “n”</b>	$\Sigma$ 0	$\Sigma$ 0
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
<b>Subtotal Exterior</b>		$\Sigma$ 0	$\Sigma$ 0
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>05</b>	<b>05</b>

**Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
<b>BRASIL</b>	<b>UF 1</b>	$\Sigma$	$\Sigma$
	Angra dos Reis – Rua Barão de Mambucaba, n° 101 – lote n° 36	<b>01</b>	<b>01</b>
	município “n”		
	<b>UF “n”</b>	$\Sigma$	$\Sigma$
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>01</b>	<b>01</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	$\Sigma$ <b>0</b>	$\Sigma$ <b>0</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	<b>PAÍS “n”</b>	$\Sigma$ <b>0</b>	$\Sigma$ <b>0</b>
	cidade 1		
	cidade 2		
cidade “n”			
<b>Subtotal Exterior</b>		$\Sigma$ <b>0</b>	$\Sigma$ <b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>01</b>	<b>01</b>

**Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações	
255019	2921 00002.500-4	5	3	R\$ 3.120,00	22/12/2008	R\$1.756.705,69			
255019	5825 00012.500-1	4	4	R\$ 3.060,00	22/12/2008	R\$ 84.200,78			
255019	6001 02670.500-2	7	4	R\$ 2.914,00	26/12/2008	R\$1.906.929,34			
255019	6001 02836.500-4	13	3	R\$ 60.372,00	26/12/2008	R\$4.524.871,49		R\$129000,00	
255019	6001 04348.500-7	2	1	R\$ 260.288,00	27/11/2008	R\$ 260.288,41			
Total				8.532.995,71			Σ		R\$129000,00

**Análise crítica:**

Imóvel situado na Rodovia Amaral Peixoto n.º 895 – Barra de São João – 2º Distrito do Município de Casimiro de Abreu-RJ, com área de terreno de 65.850,00 m² e área construída de 2.714,40 m², cedido através do Termo de Cessão de uso n.º 002/2010 à Secretaria Estadual de Saúde e Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro, para funcionamento do Hospital de Barra de São João, estando o mesmo fora do Patrimônio da União, em decorrência do processo de regularização de imóveis realizado pela Comissão instituída pela Portaria Funasa/Suest-RJ n.º 705/2010, estando o mesmo na fase de escrituração pública junto ao Cartório de Registro de Imóvel do citado município;

Imóvel situado na Rua Santo Antonio, n.º 155 – Barra de São João – 2º Distrito do Município de Casimiro de Abreu-RJ, tendo a destinação de uso pela Superintendência Estadual da Funasa, com as instalações do Centro de Capacitação e a Unidade de Referência de Controle de Qualidade de Água, estando o mesmo fora do Patrimônio da União, em decorrência do processo de regularização de imóveis realizado pela Comissão instituída pela Portaria Funasa/Suest-RJ n.º 705/2010, estando o mesmo na fase de escrituração pública junto ao Cartório de Registro de Imóvel do citado município;

## 12. GESTÃO DE TI

---

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”

# 13. UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO



Sistema Integrado de Administração, **CARTAO DE CREDITO PARA O RELATORIO GERENCIAL**  
Financeira do Governo Federal

Exercício: 2010

Base: 31-JAN-2011

Moeda: REAL (Em unidade monetária)

Órgão da UG Executora 36211  
Mês de Referência DEZEMBRO  
Tipo de Valor Saldo Atual

**UG Executora**

**255019 FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RJ**

			Item de Informação	
Entidade			Sq Cartão Pagto Gov Federal	Fatura - Cartão Pagto Gov. Fed
54838843704	54838843704	ANDRELINO SOUZA DE OLIVEIRA	218,81	820,46
84425245768	84425245768	EDSON HONORIO CAMPOS DE SOUZA	1.500,00	1.332,55
85635944787	85635944787	RICARDO SOUZA DA SILVA		347,40
<b>Total</b>			<b>1.718,81</b>	<b>2.500,41</b>

## 14. RENÚNCIA TRIBUTÁRIA

---

“NÃO SE APLICA A ESTA SUEST-RJ”



# 15. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DO TCU E DA CGU

## 15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houve deliberações no exercício.

## 15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houve deliberações no exercício.

## 15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DA FUNASA/RJ			7484
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1 A 73	218015	3.2.1.4/3.2.2.4	OFÍCIO 32824/2008
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO			9848
Descrição da Recomendação:			
REGULARIZAÇÃO DE PENDÊNCIAS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS			46459
Síntese da providência adotada:			
ALTERAÇÃO NO SIAPECAD			
Síntese dos resultados obtidos			
LEGALIDADE DE ATOS DE APOSENTADORIAS / PENSÕES			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>A força de trabalho do Serviço de Recursos Humanos da SUEST/RJ, encontra-se reduzida em face de afastamentos decorrentes do envelhecimento da mesma, por consequência atuando com servidores que não detêm conhecimentos específicos para cumprimento de diligências, considerando ainda a quantidade de demandas, inclusive judiciais, que sobrecarregam sobremaneira, aqueles que encontram-se em atividades na Área de Recursos Humanos.</p> <p>Diante do exposto, há que depreender que não existem fatores positivos a serem destacados, tendo em vista que a Unidade de Recursos Humanos atua com uma expressiva deficiência de pessoal, o que acarreta sobrecarga de trabalho, causando com isso, um forte nível de estresse e de perda de energia.</p>			

## 15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
SUPERINTÊNCIA ESTADUAL FUNASA/RJ			7484
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1 A 73	218015	3.2.1.4/3.2.2.4	OFÍCIO 32824/2008
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO			9848
Descrição da Recomendação:			
REGULARIZAÇÃO DE PENDÊNCIAS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS			46459
Justificativa para o seu não cumprimento:			
QUANTIDADE DE DEMANDAS X QUANTITATIVO DE SERVIDORES			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
<p>A força de trabalho do Serviço de Recursos Humanos da SUEST/RJ, encontra-se reduzida em face de afastamentos decorrentes do envelhecimento da mesma, por conseqüência atuando com servidores que não detêm conhecimentos específicos para cumprimento de diligências, considerando ainda a quantidade de demandas, inclusive judiciais, que sobrecarregam sobremaneira, aqueles que encontram-se em atividades na Área de Recursos Humanos.</p> <p>Diante do exposto, há que depreender que não existem fatores positivos a serem destacados, tendo em vista que a Unidade de Recursos Humanos atua com uma expressiva deficiência de pessoal, o que acarreta sobrecarga de trabalho, causando com isso, um forte nível de estresse e de perda de energia.</p> <p>Das 60 pendências de aposentadorias, 38 foram regularizadas, restando pendentes 22.</p> <p>Das 13 pendências de pensões, somente 1 foi regularizada, restam 12 pendentes.</p>			

## **16. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA ATENDER ÀS DELIBERAÇÕES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

---

“NÃO HOUE OCORRÊNCIA NO PERÍODO”

# PARTE B

## 1. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Superintendência Estadual da FUNASA no Estado do Rio de Janeiro			255019
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante a:</p> <p>RESTRICAO                      TITULO</p> <p>104    SALDOS ALONGADOS CONTAS TRANST. AT. PERMAN.</p> <p>470    DESPESA SEM AMPARO LEGAL</p> <p>951    FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS_GESTAO</p> <p>973    FALTA DE TEMPESTIVIDADE NA REMESSA DE DOCUMENTOS</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF.	Data	21/01/2011
Contador Responsável	 Evanice Camargo Cardoso	CRC nº	4763
Ordenador de Despesas	 Assinatura/carimbo		

MARCOS ROBERTO MUFFAREG  
Superintendente Estadual Substituto do Rio de Janeiro  
Portaria 282 de 30/07/2007  
FUNASA/RJ

## RESULTADOS E CONCLUSÕES

---

Inicialmente cumpre esclarecer que os objetivos das Superintendências não são estabelecidos, em nível regional, pois essa definição é de competência da Presidência da instituição. De qualquer forma, derivam do Plano Plurianual de Governo.

Após essa consideração, esclarece-se que os objetivos estabelecidos para a Superintendência, em seu Plano de Trabalho, de uma maneira geral, conforme mencionado anteriormente, foram alcançados. Os objetivos não alcançados, conforme demonstrados no quadro que trata do Resumo da Execução Física das subações realizadas pela UJ, tiveram como fatores impeditivos: a ausência de recursos orçamentários e financeiros para a realização das atividades demora e/ou atraso de envio de documentos, por parte de instituições parceiras, demora no trâmite de processos, e inexistência de técnico especializado, no nível municipal, para elaboração de projetos específicos. No que diz respeito à área de saúde indígena, o movimento de transição das ações para o ministério da saúde, gerou indefinições que retardaram a consecução de algumas atividades.

Conforme se pode depreender a não integralidade dos quantitativos estabelecidos em algumas metas deveu-se a fatores situados fora do espaço de governabilidade da Superintendência.

De qualquer forma, a atuação da Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no estado do Rio de Janeiro, no ano de 2010, pode ser considerada como eficiente, vez que procurou otimizar todos os recursos disponíveis para executar as diversas e complexas subações elencadas no seu plano de trabalho.

Para o ano de 2011, a Suest desenvolverá as seguintes ações para fazer face aos problemas de execução mapeados no exercício de 2010: fazer gestões junto à presidência da instituição, no sentido de garantir a liberação integral dos recursos orçamentários e financeiros necessários para a consecução do seu plano de trabalho; monitoramento constante do seu plano, a fim de detectar precocemente os problemas que poderão advir, quando da execução das subações elencadas. Dessa forma, acredita, a Superintendência, que os problemas sejam minorados, e as soluções encontradas, no menor tempo possível, sem desgastes para o corpo técnico das unidades que conformam a Suest.

Finalizando, outra iniciativa da Superintendência será voltada para a diminuição do número de pendências ligadas à celebração e execução de convênios e termos de compromisso. Para tanto incrementará a supervisão aos municípios beneficiários de ações da instituição. Pretende-se que essas visitas sejam intensificadas, e realizadas em menores intervalos de tempo, em que pese o número reduzido de técnicos para o desenvolvimento dessa ação.

# FUNASA



Fundação  
Nacional  
de Saúde

Ministério da  
Saúde

G O V E R N O F E D E R A L



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA